

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO - LINHA DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA EM
COMÉRCIO EXTERIOR**

VALDIR SCARDUELLI NETO

**ESTUDO COMPARATIVO DA BALANÇA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA
CATARINA COM O MERCOSUL NO PERÍODO DE 2002 A 2012**

**CRICIÚMA
2013**

VALDIR SCARDUELLI NETO

**ESTUDO COMPARATIVO DA BALANÇA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA
CATARINA COM O MERCOSUL NO PERÍODO DE 2002 A 2012**

Monografia apresentada para obtenção do grau de Bacharel em Administração, no curso de Administração com Linha Específica em Comércio Exterior da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC.

Orientador: Prof. Júlio César Zilli, Especialista

CRICIÚMA

2013

DEDICATÓRIA

À minha família. Espero ainda dar muito orgulho a vocês!

AGRADECIMENTOS

O primeiro agradecimento devemos sempre a Deus. Ele é quem nos deu o dom da vida e nos permite a cada dia, tentar ser melhor que ontem. Dá forças para seguir em frente e lutar, enche de fé para que se alcance a vitória.

O segundo, mas não menos especial ou importante, direciono a meus pais, Edmilson Scarduelli e Janete da Silva Scarduelli, que fazem de tudo para que eu possa ter o melhor, em todos os momentos da minha vida e muitas vezes deixam de lado suas vontades para realizar as minhas.

Agradeço ainda minhas avós Maria e Carmem e meu avô Antônio, que tenho certeza de que passam boa parte do seu tempo orando pelo meu bem, por minha saúde e pela minha vida, para que eu siga sempre pelo caminho certo.

Minha namorada, Fernanda, também merece um agradecimento especial, por ser uma pessoa tão importante na minha vida, que está sempre ao meu lado e também pela paciência e compreensão que teve durante a execução desse estudo.

Agradeço também a instituição Unesc e a todos os professores do curso de Administração e de Administração com Habilitação em Comércio Exterior, que ao longo dessa jornada de quatro anos, cada um à sua forma, teve uma contribuição na minha formação acadêmica. Mas especialmente, ao 'bruxo', orientador e amigo, Júlio César Zilli, profissional de enorme conhecimento, por quem criei uma grande admiração e estima.

Um agradecimento também aos meus colegas de turma, que também de alguma forma, agregaram à minha formação. Foram quatro anos de convivência diária, onde uns foram ficando pelo caminho e outros continuaram até o fim, mas espero que todos se tornem profissionais de sucesso em suas carreiras, sejam elas quais forem.

Por fim, agradeço a todos que julgam serem merecedores de um 'obrigado' meu. Ainda que não tenha muito valor, é sincero e de coração.

Muito obrigado!

Alles gute!

“Uma mente necessita de livros da mesma forma que uma espada necessita de uma pedra de amolar, se quisermos que se mantenha afiada”.

George R. R. Martin.

RESUMO

SCARDUELLI, Valdir Neto. **Estudo comparativo da balança comercial do Estado de Santa Catarina com o Mercosul no período de 2002 à 2012.** 71 p. Monografia do Curso de Administração com linha de formação específica em Comércio Exterior, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Criciúma.

A crescente expansão das economias regionais integradas, interessadas em proteger seus Estados-membros e fortalece-los economicamente frente à acirrada luta por mercados externos, traz à discussão a necessidade de um maior esforço conjunto do Mercosul para se tornar um bloco mais competitivo no âmbito internacional. A relação comercial do estado de Santa Catarina com o Mercosul vem se mostrando não tão proveitosa quanto poderia ser, dadas as circunstâncias geográficas, econômicas e políticas de ambos. Desta forma, o presente estudo tomou como objetivo principal a análise da balança comercial entre o Estado brasileiro de Santa Catarina e o bloco econômico Mercosul, entre os anos de 2002 e 2012. A pesquisa enquadrou-se como descritiva quanto a seus fins e documental, de fontes secundárias, quanto aos meios. Em relação à coleta de dados, foi utilizada a técnica quantitativa, sendo os dados extraídos em *sites* oficiais do governo brasileiro. A pesquisa mostrou Santa Catarina tendo um grande mercado em potencial na Argentina, país que já é seu maior parceiro econômico no Mercosul, sendo a indústria metalúrgica, de motores para refrigeração e de celulose as grandes responsáveis pelo sucesso exportador de Santa Catarina. Também a indústria de alimentos tem destaque, onde por sua vez, na importação, Santa Catarina é suprida de *commodities* como cereais, algodão e grãos, de insumos para sua avançada indústria de plástico e ainda de carnes, estas oriundas do Uruguai. Por fim, vê-se o Mercosul como um mercado a ser mais explorado pelo empresariado catarinense, uma vez que este é carente de manufatura e grande fornecedor de matérias-primas, levando-se ainda em consideração, a importante proximidade geográfica entre ambos.

Palavras-chave: Balança comercial. Santa Catarina. Mercosul.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Corrente de comércio mundial 1950 – 2000 (em bilhões US\$ FOB).	21
Figura 2 - Participação dos países na corrente de comércio mundial em 2012.	22
Figura 3 - Empresas brasileiras no comércio internacional em 2012 (*milhões de US\$ FOB).....	23
Figura 4 - Exportações e importações brasileiras 2002 - 2012 (em bilhões US\$ FOB).	24
Figura 5 - Saldo da balança comercial brasileira 2002 – 2012 (em bilhões de US\$ FOB).....	26
Figura 6 - Corrente de comércio intrazona do MERCOSUL 2008 – 2012 (em bilhões US\$ FOB).....	37
Figura 7 - Representatividade por fator agregado nas exportações brasileiras 2000 - 2002 e 2010 – 2012.	45
Figura 8 - Exportações e importações brasileiras 1990 – 2012 (em bilhões US\$ FOB).....	46
Figura 9 - Saldo da balança comercial brasileira 2007 - 2012 (em bilhões de US\$ FOB).....	48
Figura 10 - Participação % das importações e exportações no PIB do Brasil 2007 - 2012.	48
Figura 11 - Evolução comercial dos três principais parceiros do Brasil 2007 - 2012.	51
Figura 12 - Corrente de comércio do Mercosul 2007 - 2012 (em milhões de US\$ FOB).....	52
Figura 13 - Exportações por país ao Mercosul 2007- 2012 (em bilhões de US\$ FOB).	52
Figura 14 - Importações por país ao Mercosul 2007 - 2012 (em bilhões de US\$). ...	53
Figura 15 - Principais produtos exportados pelo Brasil à Argentina 2007 - 2012 (em milhões de US\$ FOB).	53
Figura 16 - Três principais produtos exportados pela Argentina ao Brasil 2007 - 2012 (em milhões de US\$ FOB).	54
Figura 17 - Evolução da corrente de comércio Mercosul x Ásia 2007 - 2012 (Em milhões de US\$ FOB).	55
Figura 18 - Regiões de Santa Catarina.	56

Figura 19 - Balança comercial de Santa Catarina 2002 - 2012 (em bilhões de US\$ FOB).....	58
Figura 20 - Principais parceiros de Santa Catarina - 2002 – 2012 (em milhões de US\$ FOB).....	59
Figura 21 - Evolução da relação comercial Santa Catarina x Mercosul 2002 - 2012 (em milhões de US\$ FOB).	59

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Regiões, principais cidades e polos industriais de Santa Catarina	57
------------------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Corrente de comércio mundial 2000 - 2012 (em bilhões de US\$ FOB). ...	21
Tabela 2 - Ranking mundial de países na exportação.	44
Tabela 3 - Importações brasileiras x importações mundiais 2007 - 2012 (em milhões de US\$ FOB).....	47
Tabela 4 - Principais parceiros comerciais do Brasil 2008 – 2007 (em US\$ FOB)....	49
Tabela 5 - Principais parceiros comerciais do Brasil 2010 – 2009 (em US\$ FOB)....	49
Tabela 6 - Principais parceiros comerciais do Brasil 2011 – 2012 (em US\$ FOB)....	50
Tabela 7 - Principais parceiros comerciais do Mercosul 2007 - 2012 (em milhões de US\$ FOB).....	55
Tabela 8 - Relação comercial Santa Catarina x Mercosul, por país 2002 - 2012 (em milhões de US\$ FOB).	60
Tabela 10 - Principais produtos exportados por Santa Catarina à Argentina 2002 - 2012.	61
Tabela 11 - Principais produtos importados por Santa Catarina da Argentina 2002 - 2012	62
Tabela 12 - Principais produtos exportados por Santa Catarina ao Paraguai 2002 - 2012	63
Tabela 13 - Principais produtos exportados por Santa Catarina ao Uruguai.....	64

LISTA DE ABREVIATURAS

- AEB** – Associação de Comércio Exterior do Brasil
- AID** – Associação Internacional de Desenvolvimento
- BID** – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BIRD** – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
- BNDES** – Banco Nacional do Desenvolvimento
- EUA** – Estados Unidos da América
- FECAM** – Federação Catarinense de Municípios
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- FIESC** – Federação das Indústrias de Santa Catarina
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- MDIC** – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
- MERCOSUL** – Mercado Comum do Sul
- NCM** – Nomenclatura Comum do Mercosul
- OMC** – Organização Mundial do Comércio
- PIB** – Produto Interno Bruto
- SECEX** – Secretaria de Comércio Exterior
- TEC** – Tarifa Externa Comum
- UNCTAD** – Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento
- UE** – União Europeia
- URSS** – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA	15
1.2. OBJETIVOS	16
1.2.1 Objetivo geral	16
1.2.2 Objetivos específicos	16
1.3 JUSTIFICATIVA	17
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1 EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL	18
2.1.1 O comércio mundial em números	20
2.1.2 Comércio internacional brasileiro	23
2.2 BALANÇO DE PAGAMENTOS	24
2.3 ESTRUTURA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL	27
2.3.1 Organização Mundial de Comércio – OMC	27
2.3.2 Fundo Monetário Internacional – FMI	28
2.3.3 Banco Mundial	28
2.3.4 Principais órgãos intervenientes no comércio exterior brasileiro	29
2.3.4.1 Câmara de Comércio Exterior – CAMEX	29
2.3.4.2 Ministério das Relações Exteriores – MRE	29
2.3.4.3 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC	30
2.3.4.4 Secretaria de Comércio Exterior – SECEX	30
2.3.4.5 Ministério da Fazenda – MF	31
2.3.4.6 Receita Federal do Brasil – RFB	31
2.4 BLOCOS REGIONAIS.....	31
2.4.1 Área ou zona de preferência tarifária	32
2.4.2 Zona de livre comércio	33
2.4.3 União aduaneira	33
2.4.4 Mercado comum	33
2.4.5 União econômica	33
2.4.6 Principais blocos econômicos	34
2.4.6.1 União Européia - UE.....	34
2.4.6.2 Asia-Pacific Economic Cooperation – APEC.....	34
2.4.6.3 Mercado Comum do Sul – Mercosul	35
2.4.6.4 North American Free Trade Association – NAFTA.....	35

2.6 MERCOSUL.....	36
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	40
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	41
3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA E/OU POPULAÇÃO-ALVO	42
3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS	42
3.4 PLANO DE ANÁLISE DOS DADOS.....	43
4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA	44
4.1 COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO.....	44
4.2 MERCOSUL NO MERCADO INTERNACIONAL	51
4.3 SANTA CATARINA NO MERCADO INTERNACIONAL.....	56
4.3.1 Santa Catarina x Mercosul.....	59
4.3.2 Santa Catarina x Argetina.....	60
4.3.3 Santa Catarina x Paraguai	62
4.3.4 Santa Catarina x Uruguai.....	64
5 CONCLUSÃO	65
REFERÊNCIAS.....	67

1 INTRODUÇÃO

O tipo mais primitivo de comércio nasceu da necessidade humana por aquilo que não produz e é oferecida por outro homem. Com o passar do tempo foram incorporados ao valor final do produto despesas com transporte, impostos e salários, e surgiram as primeiras moedas, a fim de facilitar e dinamizar o processo de comércio existente (SOUSA, 2009).

O comércio assim como o homem, cresceu, expandiu, espalhou-se por todo o globo e se modernizou. A competição entre produtores, empresas, países foi aumentando e começou a ultrapassar fronteiras. De tais acontecimentos, fez nascer um processo de integração mundial, o qual veio se intensificando nas últimas décadas baseado na liberalização econômica, a globalização. Aliando a isso, as novas tecnologias de comunicação e informação reduziram as limitações de distância geográfica, tempo e os custos de transação, aproximando os países e estreitando as relações comerciais e políticas (LASTRES; ALBAGLI, 1999).

Com o fim da Guerra Fria e da bipolaridade de poder em que o mundo se encontrava (capitalismo x comunismo), houve uma nova corrida por influência de interesses ao redor do globo. Começa então a formação dos chamados blocos econômicos, que têm como objetivo inicial proteger os interesses em comum e estabelecer medidas que beneficiem o comércio entre os países-membros, tais como a isenção de tarifas e barreiras alfandegárias (MAZO; TEIXEIRA; HERNANDES, 2004).

A América do Sul ganha em 26 de março de 1991 seu bloco econômico, o Mercado Comum do Sul (Mercosul), com o Tratado de Assunção assinado por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. O propósito primordial do Mercosul é a integração dos seus países-membros, por meio de medidas como: uma livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, o estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC), também coordenando políticas macroeconômicas e setoriais e da harmonização de legislações nas áreas pertinentes. Após 21 anos fechado à novos membros, o MERCOSUL ampliou-se, contando agora também com a Venezuela como país-membro (ITAMARATY, 2013).

Segundo Bandeira (2008), ao analisar fatores como extensão territorial, poder econômico e poder militar de uma nação, pode-se compreender sua alta posição na hierarquia entre os Estados vizinhos e o qualificando como potência

regional, que o leva a uma natural hegemonia e liderança dentro de alianças e acordos feitos, tais como os blocos econômicos. Por esses fatores, percebe-se o Brasil com o papel de maior destaque dentro do bloco, mesmo que haja uma rotatividade entre os países-membros na presidência do Mercosul.

Como maior importador e exportador, o Brasil representa cerca de 70% do Produto Interno Bruto (PIB) total do Mercosul e não deixa dúvidas de que exerce uma grande influência e tem em mãos um alto poder de tomada de decisões no bloco econômico. Além de um importante papel integrador no Mercosul, o Brasil também promove medidas a fim de reduzir as assimetrias econômicas dentro do bloco. Investimentos, empréstimos e financiamentos via bancos de desenvolvimento, como o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) a exemplo, são algumas dessas medidas (MOREIRA; MIRANDA, 2012).

No centro da região Sul do Brasil e com aproximadamente de 6,3 milhões de habitantes vivendo em uma área de 96.000 km² (IBGE, 2010), Santa Catarina é um estado de grande destaque no país. Possui um dos maiores parques industriais do Brasil e uma forte estrutura portuária, responsável por grande parte do escoamento da produção, além de ser o estado brasileiro com a maior expectativa de vida e o segundo com menor taxa de analfabetismo. No ano de 2009, Santa Catarina exportou 19,4% a mais do que no ano anterior, cerca de US\$ 9,1 bilhões, representando 3,5% das exportações nacionais (FIESC, 2012).

Dentro desse amplo contexto, o presente trabalho tem como propósito principal analisar a balança comercial do estado de Santa Catarina com o MERCOSUL, no período de 2002 e 2012.

O estudo presente está estruturado em cinco partes, sendo a primeira formada por uma breve introdução ao tema da pesquisa, a situação problema, justificativa e também onde são apresentados os objetivos da mesma. Na segunda parte encontra-se toda a fundamentação e embasamento teórico que foi necessário para a execução do estudo.

No terceiro capítulo estão descritos os procedimentos metodológicos utilizados quanto aos fins e meios da pesquisa e também o plano de coleta e análise dos dados. É na quarta parte que são apresentadas as análises dos dados obtidos na pesquisa, composta por dados do comércio exterior brasileiro, do Mercosul e de Santa Catarina. Por fim, têm-se uma conclusão acerca do estudo realizado.

1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA

A expansão e o desenvolvimento de práticas comerciais, já com leves características do capitalismo, iniciadas na Europa do século XI, são tidas como o começo do processo que levou à integração econômica dos países e ao ambiente sem fronteiras que o mundo se tornou (DIAS; RODRIGUES, 2007).

Tal ambiente, por mais agressivo que pareça ser leva ao cidadão progressos importantes que antes nem se imaginava ter. A globalização traz consigo alguns fatores de tendências mundiais, como o desenvolvimento científico, em que empresas cada vez mais preocupadas em ganhar espaço no mercado, inovam e investem grandes somas em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos. Há ainda o advento das operações em escala global, onde empresas saem de seu mercado local para explorar novos parceiros fora de seu país. Blocos comerciais (este sendo um dos mais importantes fatores produzidos pela globalização), onde economias nacionais se unem em níveis regionais, objetivando o crescimento mútuo (CIGNACCO, 2009).

Este último item, gera dois cenários para o comércio internacional. Em um primeiro momento, dentro da zona regional de integração econômica, surge espaço para o desenvolvimento de um mercado local, sendo reduzidos ou até eliminados obstáculos comerciais em favor dos membros do bloco. Em uma outra perspectiva, abrem-se também oportunidades de comércio com países externos ao bloco e inclusive, com outros blocos econômicos (CIGNACCO, 2009).

O Mercosul movimentou no ano de 2011, cerca de US\$ 680.000 milhões, somando-se todas as exportações e importações dos países-membros no geral. Já o comércio intrazona, ou seja, a soma das exportações de cada para os demais sócios do bloco cresceu de 2010 para 2011, 23,4%, pulando de US\$ 43.975 para US\$ 54.247 milhões (BID, 2013).

No montante do ano de 2011, o Brasil representou pouco mais de 51%, exportando aos países do Mercosul, aproximadamente, US\$ 27.853 milhões. A Argentina vem em segundo lugar, tendo exportado cerca de US\$ 20.630 milhões, equivalente a 38% do total (BRASIL, 2013).

Responsável por 3,9% do PIB brasileiro, Santa Catarina é um estado de economia bastante diversificada, onde a qualidade de seus produtos leva a exportação de grande parte do que é produzido, se destacando entre grande

mercados importadores, os Estados Unidos da América (EUA) e a Europa (CARIO *et al*, 2008).

Ao empresariado catarinense, torna-se importante um estudo detalhando todo o mercado estadual e sua parcela dentro da economia do Mercosul, uma vez que um dos objetivos principais do bloco é a facilitação do comércio entre os países-membros por meio, por exemplo, da isenção de tarifas alfandegárias. Há ainda que se levar em consideração o fator da proximidade geográfica do estado com os associados do bloco, chegando até, algumas cidades catarinenses, fazerem fronteira com a Argentina. O Mercosul é um mercado em potencial para Santa Catarina, porém, como afirma Cignacco (2009, p. 223) “a informação é o componente inicial para o planejamento e implementação de comercialização internacional”.

Neste contexto, surge a seguinte pergunta de pesquisa: **Qual a relação comercial do estado de Santa Catarina com o Mercosul no período de 2002 a 2012?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Analisar a relação comercial do estado de Santa Catarina com o Mercosul no período de 2002 a 2012.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Realizar uma análise acerca do comércio exterior brasileiro e do Mercosul;
- b) Verificar os dados da balança comercial de Santa Catarina e do Mercosul, individualmente, durante o período de 2002 a 2012;
- c) Destacar a representatividade de Santa Catarina no total das exportações e importações feitas pelos países integrantes do Mercosul;
- d) Relacionar os produtos e serviços mais comercializados entre Santa Catarina e os países integrantes do Mercosul.

1.3 JUSTIFICATIVA

O Mercosul vem a ser um grande mercado externo em potencial para o empresariado catarinense, visto que seus países-membros estão em constante comercialização de produtos e serviços com o Brasil e também há o importante fator da proximidade geográfica em que se encontra com os mesmos.

Surge então o interesse do acadêmico pesquisador em fazer um estudo elaborado sobre o tema, que se mostra relevante para a sociedade em virtude do seu objeto de pesquisa vir a ser de real importância ao mercado do estado após concluso.

O trabalho também vem a ser oportuno, uma vez que o acadêmico pode se utilizar das competências e conhecimentos adquiridos durante o curso de graduação, para que possa pesquisar, analisar e tirar conclusões com propriedade, já que também estará sendo orientado por um professor bem capacitado.

É caracterizada a viabilidade desse trabalho, pois o acadêmico poderá ter acesso livre aos dados de todos os setores exportadores e importadores, tanto do estado de Santa Catarina quanto do Mercosul, via pesquisas em fontes oficiais, tais como FIESC, MDIC, ALICEWEB.

Apresenta-se no capítulo a seguir a fundamentação teórica, objetivando fornecer o embasamento necessário ao estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O capítulo que segue tem por objetivo utilizar-se de livros e artigos de autores especializados na área do comércio exterior como referência para se formular um embasamento teórico acerca do universo em que a presente pesquisa está inserida.

Tendo de início uma breve explanação acerca do atual sistema econômico mundial, o capítulo apresenta ainda alguns números do comércio internacional e brasileiro. Aborda também os conceitos de balanço de pagamentos e blocos econômicos, e por fim, é explorado mais a fundo o Mercosul.

2.1 EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

O sistema capitalista que se consolida no século XIX na Europa, teve sua origem entre os séculos XI e XIV, quando as grandes navegações levam ao velho continente novas oportunidades comerciais do Oriente e inesgotáveis metais e pedras preciosos da África e América. Inicia-se então, uma tendência de acumulação de metais preciosos pelos Estados, em que esta exprimia o próprio sentimento de riqueza nacional (DIAS; RODRIGUES, 2007).

A política econômica na Europa passa a seguir um padrão de princípios, especialmente no que se referia ao comércio com outras nações. Essa nova política, batizada de Mercantilismo, tinha como base alguns traços específicos, dos quais alguns se assemelham com medidas utilizadas atualmente. Os principais traços eram o metalismo, busca por uma balança comercial favorável, o protecionismo alfandegário, a intervenção do Estado na ordem econômica e o colonialismo (DIAS; RODRIGUES, 2007).

Por metalismo, entendia-se que a riqueza e o poder do Estado estavam na quantidade de ouro e prata que este tinha em seus domínios. Intensificou-se então a exploração nas colônias, terras invadidas e dominadas, controladas por uma relação de total submissão política e econômica à metrópole. Houve ainda medidas para o desenvolvimento de um comércio exportador, como investimentos em vias, portos e redes de comunicação (DIAS; RODRIGUES, 2007).

A importação era tributada com pesadas taxas ou até mesmo eram proibidos que certos produtos fossem importados, caracterizando o protecionismo

alfandegário, justamente para evitar a evasão de metais preciosos. Foi nessa época, que se formaram as bases do sistema econômico mundial atual, consolidando os Estado nacionais, promovendo uma revolução comercial e estabelecendo fatores sócio-político-econômicos até hoje recorrentes (DIAS; RODRIGUES, 2007).

O século seguinte foi marcado por grandes avanços tecnológicos e momentos econômicos delicados. Foram duas guerras mundiais (1914 e 1945) deixando vários países totalmente devastados, a crise de 1929 afetando boa parte do mundo, onde no âmbito econômico, praticava-se um forte intervencionismo, o que acarretava maciças desvalorizações cambiais e protecionismos comerciais. Já na segunda metade do século, no pós-guerra, houve uma regulação democrática do capitalismo, levando nações europeias e o Japão, ainda arrasados pela guerra, a se reerguerem (ALMEIDA, 2001).

Entra em foco então, em meio ao clima de tensão da Guerra Fria, o neoliberalismo. Tem como características principais, a diminuição do Estado nas questões comerciais e econômicas, abertura da economia às empresas multinacionais, adoção de medidas contra o protecionismo econômico e a política de privatizações de empresas estatais. Nesse período, o fenômeno da globalização ganha espaço e cresce à passos largos, alavancado pelas novas tecnologias de informação que surgem (MACHADO, 2004).

As fronteiras socioculturais, políticas e econômicas antes intrínsecas no relacionamento comercial entre países, foram quase que anuladas frente ímpeto do desenvolvimento tecnológico e econômico no âmbito mundial, iniciados entre os anos 70 e 80 (MORINI; SIMÕES; DAINEZ, 2006).

Keedi (2011) considera como um item de fundamental importância para o desenvolvimento de um país, sua atuação no mercado internacional e elenca alguns motivos que levam países e empresas a participar dessa era de comércio entre nações:

- a) Recursos naturais que são abundantes em um país podem ser exportados para outro, onde haja necessidade de suprir a falta destes, ou ainda, a importação de fatores tecnológicos por parte do país com recursos naturais, para sua extração e/ou utilização;
- b) Países com uma vasta área territorial e que tenham condições de usar parte dela na produção de alimentos (tanto agrícolas, quanto animais),

têm em países de área reduzida e com pouca produção de alimentos, um parceiro comercial em potencial;

c) Capital e trabalho são dois fatores de produção que, também, em alguns países são escassos e em outros é mais que suficiente, tendo assim a possibilidade de comércio entre dois ou mais países;

d) A elevação no nível de qualidade do produto do mercado interior pode-se alcançar abrindo suas fronteiras ao produto estrangeiro, onde o produtor interno se vê obrigado a melhorar seu produto a fim de concorrer com o importado;

e) Reduzir os riscos da dependência do mercado interno, que pode sofrer maus momentos e entrar em uma crise inesperada ou ainda fugir de ciclos de baixo consumo de determinados produtos;

f) Novas e mais aprimoradas tecnologias, tanto de produção, quanto de gestão, podem ser importadas e virem a otimizar tempo, matéria-prima, recursos humanos, e também agregar valor à marca, que por ter algum produto importado acaba se tornando um diferencial competitivo.

É sabido que nenhum país é autossuficiente em todos os setores, sejam econômicos ou produtivos, fator esse que o leva a busca de fontes no mercado internacional que supram a carência de determinados produtos. É essa interdependência das economias nacionais que, cada vez mais desenvolvida, caracteriza a globalização, uma nova ordem econômica mundial (SILVA, 2008).

Ao passo que o desenvolvimento de um país está intimamente ligado à inserção deste no mercado internacional e onde as exportações de tal país ditam o ritmo de seu crescimento econômico, para que tal crescimento possa ser conduzido de maneira eficiente e responsável afim de que se suporte a expansão das empresas nacionais no mercado exterior, é necessária uma constante atualização, tanto das empresas, quanto dos governos em relação às novas formas de gestão e tecnologias (COSTA, 2005).

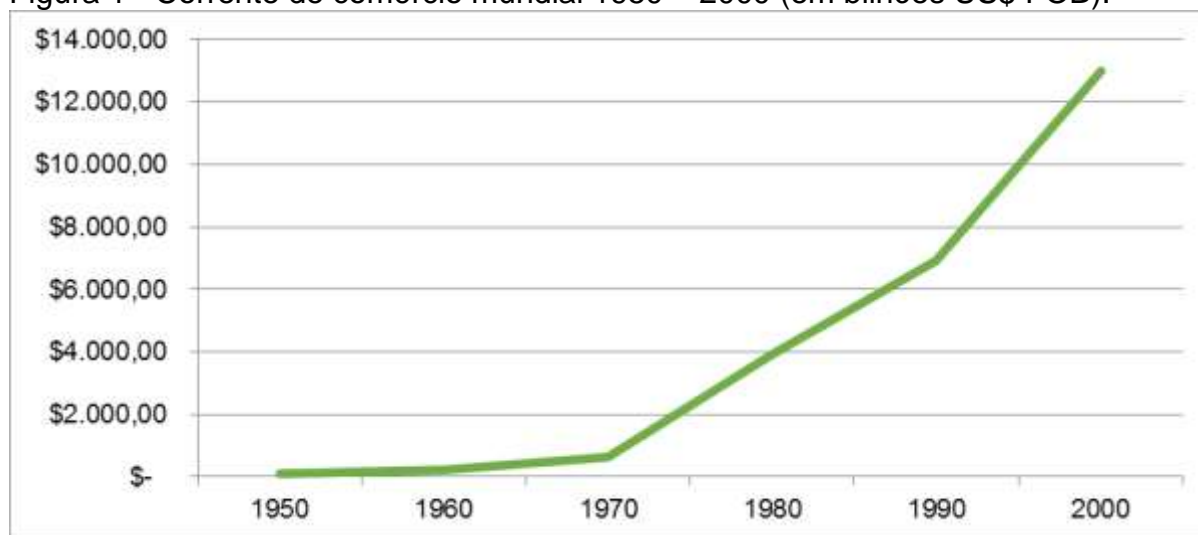
2.1.1 O comércio mundial em números

Ao final da década de 1950, o montante total do comércio mundial, ou seja, a soma de exportações e importações de todas as nações chegava à casa dos US\$ 116 bilhões e dez anos mais tarde, no término dos anos 1960, já havia dobrado

de volume, US\$ 236 bilhões. No último ano do século XX, esse número já alcançava a casa dos US\$ 13 trilhões (KEEDI, 2011).

O crescimento do comércio entre as nações é apresentado na Figura 1, demonstrando a significativa evolução da corrente de comércio mundial nas últimas quatro décadas.

Figura 1 - Corrente de comércio mundial 1950 – 2000 (em bilhões US\$ FOB).



Fonte: Adaptado de Keedi (2011).

Percebe-se na Figura 1 um crescimento razoável da corrente de comércio até meados dos anos 1970, tendo nas décadas seguintes uma ascensão sem precedentes. Esse crescimento está ligado principalmente a dois fatores: o processo de globalização e o surgimento de novas tecnologias de informação (KEEDI, 2011).

A Tabela 1 apresenta os valores de todas as exportações e importações ocorridas no mundo entre os anos de 2000 e 2012, sendo expresso também o total das transações a cada ano desse período.

Tabela 1 - Corrente de comércio mundial 2000 - 2012 (em bilhões de US\$ FOB).

Ano	Exportações	Importações	Total
2000	6.459,00	6.725,00	13.184,00
2001	6.195,00	6.484,00	12.679,00
2002	6.495,00	6.743,00	13.238,00
2003	7.589,00	7.869,00	15.458,00
2004	9.222,00	9.571,00	18.793,00
2005	10.508,00	10.870,00	21.378,00
2006	12.130,00	12.463,00	24.593,00
2007	14.023,00	14.329,00	28.352,00

Continua...

...Continuação.

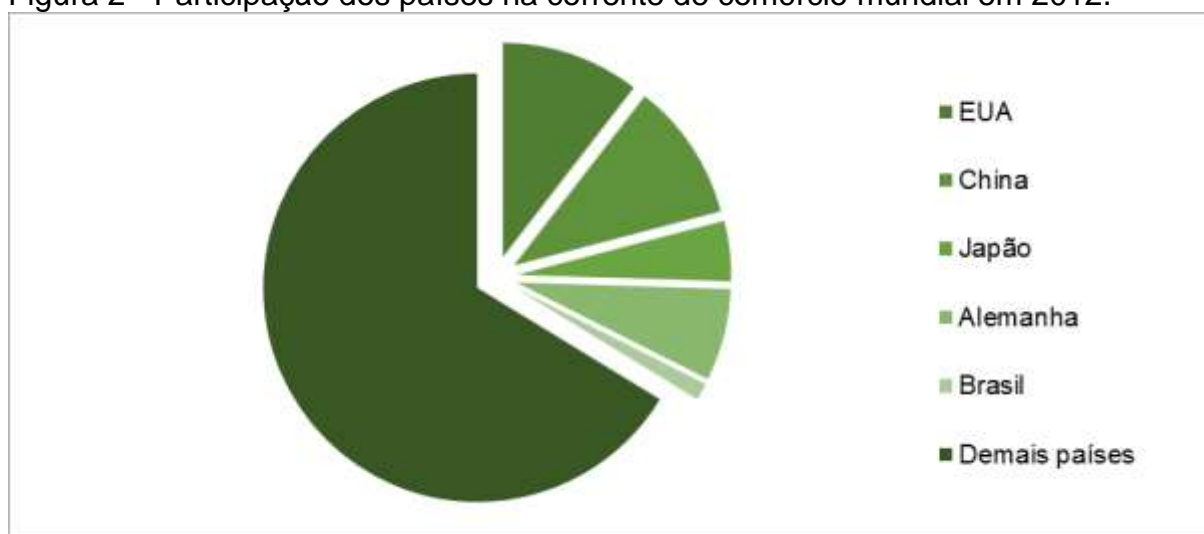
Ano	Exportações	Importações	Total
2008	16.610,00	16.571,00	33.181,00
2009	12.554,00	12.778,00	25.332,00
2010	15.283,00	15.503,00	30.786,00
2011	18.319,00	18.499,00	36.818,00
2012	18.401,00	18.601,00	37.002,00

Fonte: Adaptado de WTO (2013).

O que se constata na Tabela 1, é que o crescimento do comércio mundial foi bruscamente interrompido no ano de 2009. Fato este que foi comum a todas as economias mundiais, uma vez que, no ano anterior houvera uma grande crise financeira iniciada nos EUA, afetando quase todos os demais países do globo (FERNANDES, 2010).

A seguir, tem-se na Figura 2 a representação da parcela de algumas das principais economias mundiais no total da corrente de comércio do ano de 2012.

Figura 2 - Participação dos países na corrente de comércio mundial em 2012.



Fonte: Adaptado de WTO (2013).

No ano de 2012 foram exportados US\$ 18.401 trilhões e importados outros US\$ 18.601 trilhões, se somados os valores de todos os países. Os Estados Unidos da América representam a maior porcentagem nesta contagem, com cerca de US\$ 3.880 trilhões (10,53%), seguido de perto pela China (10,45%). Logo depois, Alemanha (6,97%) e Japão (4,55%). O Brasil obteve uma corrente de comércio de US\$ 475 bilhões naquele ano, contabilizando 1,28% do total.

2.1.2 Comércio internacional brasileiro

O Brasil começou tarde no comércio mundial. Foi só em 1990, quando o então presidente da República Fernando Collor abriu as fronteiras do país para o mercado internacional, eliminando várias barreiras não-tarifárias e diminuindo as tarifas de importação e exportação. Esse ingresso tardio no cenário mundial, mesmo que já se tenham passado anos, faz com que o Brasil sofra com a falta de recursos tecnológicos e financeiros, com a enorme burocracia alfandegária, mas principalmente, com a ausência de uma cultura comercial que mire o mercado exterior (MASINI; GRISI; BRITTO, 2003).

Tais fatos refletem nos altos custos logísticos, que acrescidos no preço final, tiram a competitividade do produto nacional frente ao estrangeiro. Fatos que são expressos na fraquíssima participação exportadora do Brasil na corrente de comércio mundial. Desde a década de 1950 o Brasil participa das exportações mundiais com algo em torno de 1% (KEEDI, 2011).

O que mostra a Figura 3 é o número de empresas brasileiras inseridas no comércio internacional, no ano de 2012. Foram 18.642 vendendo seus produtos ao exterior e 42.471 nacionalizando produtos estrangeiros. Nos dois montantes, incluem-se as empresas que tanto exportam como importam.

Figura 3 - Empresas brasileiras no comércio internacional em 2012 (*milhões de US\$ FOB).

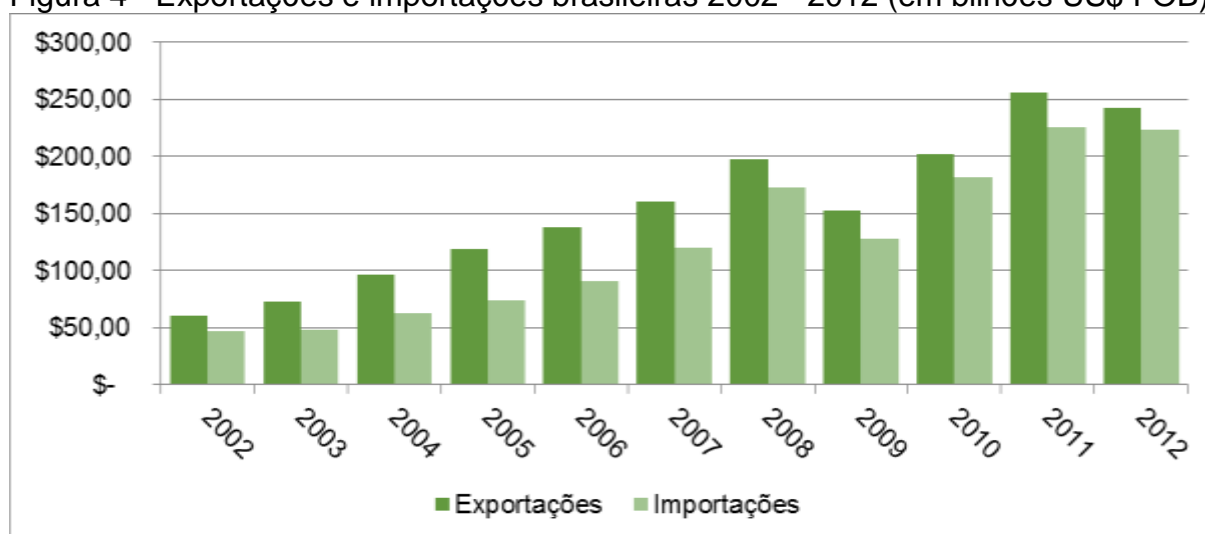


Fonte: Adaptado de Brasil (2013).

Observa-se na Figura 3 que a maior parte das empresas brasileiras que comercializaram com o exterior em 2012, não ultrapassou US\$ 1 milhão no ano em suas negociações, tanto na exportação, representando 75,09% do total de empresas, quanto na importação, com 79,51%.

Na Figura 4 mostra-se o montante das importações e exportações das empresas brasileiras entre os anos de 2002 e 2012.

Figura 4 - Exportações e importações brasileiras 2002 - 2012 (em bilhões US\$ FOB).



Fonte: Adaptado de Brasil (2013).

O que se pode constatar na Figura 3 é o contínuo crescimento que vinha tendo o Brasil em seu total de transações internacionais até o ano de 2009, onde sofre uma retração de quase 25% em relação ao ano anterior, quando atingiu um total de US\$ 371 bilhões. Naquele ano o Brasil registrou apenas US\$ 280 bilhões em sua corrente de comércio, reflexo da crise na economia mundial iniciada em 2008. Porém já no ano seguinte, o Brasil retoma o crescimento econômico, alcançando índices recordes, como em 2011 quando chegou a marca de US\$ 483 bilhões negociados com o exterior.

2.2 BALANÇO DE PAGAMENTOS

Para se conhecer a situação financeira externa de um país, pode-se fazer uma análise do balanço de pagamentos, onde são registradas todas as transações internacionais. Esse é um importante instrumento de controle que o país se utiliza para conduzir suas contas públicas e o montante de reservas cambiais e divisas

(moeda estrangeira forte, como o dólar americano, que é livremente aceita e comerciável), afim de que se preciso for, tome medidas econômicas e políticas para regular o mercado, como investimentos, ajustes cambiais e empréstimos (KEEDI, 2011).

Morini, Simões e Dainez (2006) lembram que todo o registro no balanço de pagamentos é feito em dólar americano, pelo fato de este ser apresentado pelo FMI ao mercado internacional, permitindo assim comparações entre transações ocorridas no Brasil e em outros países.

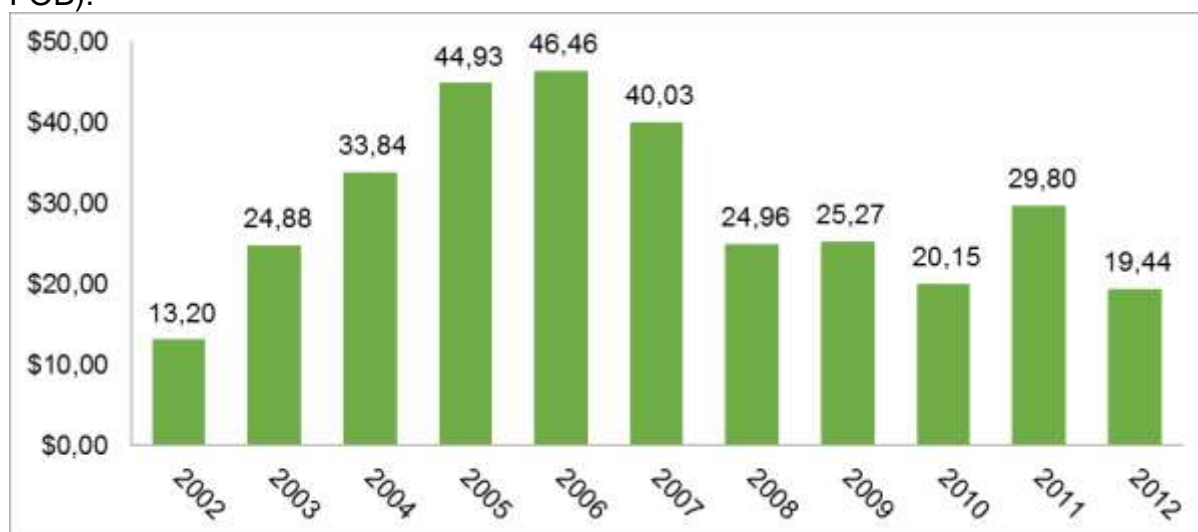
O balanço de pagamentos se divide, basicamente, em duas contas: as transações correntes e a conta de capitais. O balanço de pagamentos de um país deve sempre se manter em equilíbrio, tendo as entradas e saídas balizadas. Uma vez que esta conta se mostre deficitária, ou seja, quando há mais saídas do que entradas de moeda, o país precisará buscar empréstimos ou investimentos estrangeiros, ou até mesmo utilizar suas reservas financeiras (KEEDI, 2001).

A balança de transações correntes registrada no Brasil é composta pela soma de três contas: a balança comercial, balança de serviços e transferências unilaterais. Pode-se se ter uma visão superficial da situação financeira do país ao se analisar suas transações correntes, tendo também uma ideia da sua vulnerabilidade externa (MORINI; SIMÕES; DAINEZ, 2006; KEEDI, 2011).

Na balança comercial, são feitos os registros acerca de importações, tidas como débito e exportações, sendo consideradas como crédito. O montante calculado nesta balança deve ser expresso em valores FOB, uma vez que os custos de frete internacional, seguros e armazenagens são contabilizados na balança de serviços. A sigla FOB significa *Free on Board*, um dos *Incoterms* (condições de venda internacionalmente padronizadas) mais utilizados nas negociações internacionais, delegando ao exportador a responsabilidade sobre as mercadorias somente até o embarque no navio, sendo o importador o responsável por contratar tanto o transportador, quanto o seguro de carga (VAZQUEZ, 2001; MORINI; SIMÕES; DAINEZ, 2006).

A Figura 5 demonstra a evolução no saldo da balança comercial brasileira entre os anos de 2002 e 2012.

Figura 5 - Saldo da balança comercial brasileira 2002 – 2012 (em bilhões de US\$ FOB).



Fonte: Adaptado de Brasil (2013).

Como se percebe na Figura 5, após um ótimo resultado em 2006, quando anotou um *superávit* de US\$ 46,5 milhões, a balança comercial brasileira iniciou um período de baixos saldos. Após 2011 anotar um expressivo saldo positivo de quase US\$ 30 milhões, no ano seguinte ocorre uma queda de 35%, chegando a um *superávit* de apenas US\$ 19,5 milhões, o segundo menos nos últimos 10 anos.

Na afirmação de Keedi (2011) a balança de serviços, engloba os movimentos financeiros que não se reportam às mercadorias em si. Seriam os fretes internacionais, seguros de carga, viagens internacionais, juros advindos da dívida externa, créditos ou ativos que o país venha a possuir no exterior, *royalties*, despesas governamentais em suas embaixadas e outras representações no exterior e também de países estrangeiros dentro do território nacional.

Assim como ocorre na balança comercial, a balança de serviços não necessariamente precisa ser balizada, já que é apenas um registro parcial a ser somado com outros para a formação do balanço de contas (KEEDI, 2011).

A terceira parte que constitui o balanço de pagamentos é o registro das transferências unilaterais. Referente a doações, ajuda internacional, manutenção e reparação de guerra, remessa de dinheiro de pessoas que estão no exterior para sua família em seu país de origem, as transferências unilaterais podem ser resumidas como operações que não necessitam de contrapartida ou pagamento (MORINI; SIMÕES; DAINEZ, 2006).

É uma conta representada pelo movimento de capitais financeiros entre os países, como por exemplo, no envio de máquinas e equipamentos de um país para outro, empréstimos, investimentos, amortização de dívidas, compra de ações, títulos do governo, entre outras transações de nação para nação (KEEDI, 2011).

As aplicações financeiras feitas em um país, também os empréstimos, parcelados a longo ou curto prazo, voltam para o país de origem, sendo registrado na conta de capitais. Já os juros, taxas e renda que essas aplicações venham a gerar são contabilizados na balança de serviços (KEEDI, 2011).

2.3 ESTRUTURA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

No âmbito do comércio internacional, as mudanças ocorreram sistematicamente por todo o mundo, levando novos conceitos e novas formas de consumo, conforme coloca Cassar (2004, p.69):

As crescentes relações de comércio entre os países naturalmente provocaram a ampliação de mercados consumidores, [...] conjuntamente com o maior número de fornecedores de insumos e matérias-primas, além das novas possibilidades de atividades econômicas.

A grande depressão em 1929 acarretou uma redução de mais de 40% na produção mundial, abalando as relações comerciais entre os países. Foram adotadas então, medidas de protecionismo por parte de alguns países no intuito de proteger seus mercados de possíveis intempéries externas. Foram criados a partir daí, uma série de organismos internacionais, a fim de assegurar a paz e a ordem mundial e regulamentar o comércio (SILVA, 2008).

2.3.1 Organização Mundial de Comércio – OMC

Do antigo Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, o GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*) nasceu, após a Rodada Uruguai (1986-1994), a Organização Mundial do Comércio (OMC). Com a função de administrar o sistema multilateral de comércio, a OMC levou praticamente todos os países atuantes no mercado internacional a uma nova fase, implementando maiores direitos e deveres (RÊGO, 2011).

As decisões da OMC, em sua maioria, são tomadas em comum acordo entre seus membros, que são ministros, embaixadores e delegados dos países

associados e que, pelo menos a cada dois anos, se reúnem para discutir as normas e diretrizes do comércio internacional. Keedi (2011) descreve as principais funções que a OMC desempenha:

- a) Administrar os acordos de comércio da organização;
- b) Ser um fórum mundial para os negócios sobre comércio internacional;
- c) Monitorar as políticas comerciais de seus membros;
- d) Dar assistência e treinamento técnico aos países em desenvolvimento;
- e) Tratar possíveis disputas comerciais entre seus membros.

A OMC buscar em suas medidas e acordos, ajudar produtores de mercadorias e serviços, importadores e exportadores, facilitando a condução dos negócios, a fim de guiar o comércio mundial ordenadamente, tendo regras claras e aceitas por todos os membros. A organização preocupa-se também, em gradativamente, reduzir tarifas e restrições à circulação de mercadorias, no intuito de possibilitar o acesso das mesmas por qualquer país e indivíduo (KEEDI, 2011).

2.3.2 Fundo Monetário Internacional – FMI

Criado com o objetivo de promover uma cooperação monetária internacional, oferecer ajuda financeira países em dificuldades, promover o crescimento econômico mundial, entre outros aspectos, o FMI nasceu em julho de 1944, durante a histórica conferência das Nações Unidas na cidade de Bretton Woods, EUA (CIGNACCO, 2009).

O Fundo, como também é conhecido, tem ainda como atribuições: realizar financiamentos para ajuste de desequilíbrios de balanço de pagamentos, a constituição de um campo econômico das Nações Unidas e por meio de câmbio fixo ajustável, combater desvalorizações cambiais. Cada país-membro do FMI tem como representante um delegado e um suplente (SILVA, 2008).

2.3.3 Banco Mundial

Aos países em desenvolvimento, o Banco Mundial se apresenta como uma peça fundamental de assistência financeira e técnica. Apesar do nome, o Banco Mundial é uma organização internacional de propriedade de seus países-membros e divide-se em duas instituições, o Banco Internacional de Reconstrução e

Desenvolvimento (BIRD) e a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) (CIGNACCO, 2009).

Tanto o BIRD, quanto a AID, funcionam em um sistema cooperativo entre seus associados, operando em favor dos mesmos, porém com objetivos diferentes. Mas o propósito de ambos em resumo, é o mesmo, reduzir a pobreza nos países subdesenvolvidos, concedendo empréstimos, serviços consultivo e garantias, buscando a promoção do crescimento sustentável (CIGNACCO, 2009).

2.3.4 Principais órgãos intervenientes no comércio exterior brasileiro

Para Keedi (2011), o Brasil ainda carece de uma entidade que centralize os interesses nacionais relacionados ao comércio exterior, um Ministério de Comércio Exterior por exemplo. São cerca de 320 órgãos envolvidos no comércio internacional do Brasil, distribuídos por diversos ministérios, cada qual com seus interesses próprios.

2.3.4.1 Câmara de Comércio Exterior – CAMEX

O principal órgão interveniente e mais o atuante no comércio exterior brasileiro, é a CAMEX. Ligada diretamente à Presidência da República, é a CAMEX que define as diretrizes e procedimentos relativos às políticas de comércio exterior, visando a inserção do Brasil de forma competitiva no mercado internacional. Traça normas e procedimentos relacionados à política tarifária, fixando as alíquotas de impostos de importação e exportação e também estabelece os direitos *antidumping* e salvaguardas. Participam da CAMEX os ministérios: MDIC, Casa Civil, Relações Internacionais, Fazenda, Agricultura, Planejamento e Desenvolvimento Agrário (ARAÚJO, 2009).

2.3.4.2 Ministério das Relações Exteriores – MRE

O MRE, também conhecido como Itamaraty, atua especificamente no marketing do país, promovendo e divulgando a nação aos países, tanto na parte comercial das exportações, quanto nas negociações internacionais. Através das SECOMs, postos instalados em mais de 50 pontos estratégicos no exterior, são

divulgadas e captadas informações a respeito de oportunidades comerciais e investimentos à empresas brasileiras, além de realizarem pesquisas de mercado para produtos nacionais que podem ser exportados (ARAÚJO, 2009).

2.3.4.3 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC

O MDIC é um dos mais importantes órgãos no comércio exterior brasileiro, sendo o responsável pelas ações e políticas vinculadas ao comércio exterior no geral. Tem como competências, a política de desenvolvimento da indústrias, do comércio e dos serviços, regulamentar e executar programas relacionados à área, implantar mecanismos de defesa comercial, além de programar e executar missões comerciais. Tais missões visitam outros países, levando empresários brasileiros que tem interesse em se abrir para o mercado externo ou, na via contrária, patrocinar a vinda de autoridades e empresários estrangeiros, afim de apresentar-lhes produtos, indústrias e tecnologias nacionais (KEEDI, 2011).

2.3.4.4 Secretaria de Comércio Exterior – SECEX

Órgão do MDIC responsável por formular programas e propostas políticas no âmbito do comércio exterior, a SECEX também é a responsável por realizar o controle de entradas e saídas de mercadorias, por meio do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) e também por elaborar estatísticas. É ainda a SECEX, que impõe aos exportadores e importadores, os procedimentos administrativos que estes devem cumprir quando realizarem negociações internacionais (KEEDI, 2011).

Conforme exposto por Keedi (2001), a SECEX é composta por quatro departamentos, sendo: o Departamento de Operações de Comércio Exterior (DECEX), responsável pelos estudos e avaliações acerca da evolução comercial de mercados estratégicos e produtos nacionais no exterior. É o DECEX ainda que autoriza e emite os documentos para exportações e importações. O Departamento de Negociações Internacionais (DEINT) é incumbido de dar apoio, informações e orientações às empresas que negociam com o estrangeiro, além de participar de negociações tarifárias em acordos internacionais.

Ainda há o Departamento de Defesa Comercial (DECOM), que é o encarregado de investigar abertura de processos *antidumping*, subsídios e

salvaguardas, tanto de produtores nacionais, quanto de outros países contra o produto brasileiro. E, por último, o Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior (DEPLA), o qual promove capacitações às pequenas e médias empresas que desejam entrar no mercado internacional, realiza estudos e planejamento para expandir as exportações brasileiras, além de coletar e analisar dados do comércio exterior e depois divulga-los (KEEDI, 2011).

2.3.4.5 Ministério da Fazenda – MF

O MF é o órgão responsável pela fiscalização das entradas e saídas de mercadorias nas fronteiras nacionais e pela política fiscal e monetária. Detém o controle financeiro do país, além de administrar as dívidas públicas internas e externas. O MF intervém no comércio exterior por meio da Receita Federal do Brasil (RFB), órgão que por vezes, possui *status* de Ministério (ARAÚJO, 2009).

2.3.4.6 Receita Federal do Brasil – RFB

A RFB é um órgão subordinado à MF responsável pela administração dos tributos referentes à União, tanto previdenciários, quanto os que incidem sobre as transações internacionais. Segundo a própria RFB (2013), suas competências, em resumo são:

- a) Administração de tributos internos e do comércio exterior;
- b) Administração, fiscalização e gestão do controle aduaneiro;
- c) Repressão ao contrabando e descaminho de mercadorias;
- d) Arrecadação, cobrança, pesquisa e investigação fiscal.

Atua ainda em repressão à sonegação de impostos, à pirataria, fraude comercial, tráfico de drogas e de animais em extinção, entre outros atos ilícitos no comércio internacional (RFB, 2013).

2.4 BLOCOS REGIONAIS

Em meados do século XX, começa a nascer um processo de integração de países onde o mundo passa a se unir em diversos blocos, geralmente próximos regionalmente, com o intuito de melhorar o desenvolvimento conjunto das

economias de seus membros, bem como, facilitar o comércio e o trânsito de pessoas entre eles e se fortalecerem frente à economia mundial (KEEDI, 2011).

Constituído por dois ou mais países e por meio de um conjunto de acordos, convênios, regulamentações, normas, entre outros, os blocos econômicos têm início no cunho político das nações, levando à integração econômica destes. Essa integração econômica afeta diretamente o consumo, a produção e o fluxo de comércio dos países participantes de determinado bloco regional, refletindo também no comportamento social da nação (MORINI; SIMÕES; DAINEZ, 2006).

Esse modelo de integração está diretamente relacionado com o fim do socialismo e juntamente, após o Consenso de Washington, a um padrão neoliberal de política adotado por grande parte dos países do globo. A relação que é feita entre o surgimento dos blocos regionais por consequência também do processo de globalização é válida, uma vez que os países se vêm em um novo tipo de mercado, agora mais competitivo, dinâmico e hostil, e a alternativa de integrar-se regionalmente aparece como uma possível ferramenta para o fortalecimento para sua economia frente a tal mercado (LIMA; COUTINHO, 2005).

A formação dos blocos, foi então uma forma de adaptação às novas tendências político-econômicas, como expõem Lima e Coutinho (2005, p. 3):

O regionalismo é, nesse sentido, uma postura reativa, entregue à necessidade de se tornar mais competitivo justamente num momento em que diminui a capacidade dos Estados de individualmente formularem políticas e regularem os mercados. [...] passam então, a se organizarem segundo esquemas regionais porque dessa maneira permitem uma resposta mais eficaz à competição global.

Há diferentes modelos de integração, que segundo Cignacco (2009), podem ser classificados de acordo com o grau de desenvolvimento dos vínculos e a grandiosidade dos objetos desejados entre seus associados.

2.4.1 Área ou zona de preferência tarifária

Nesta forma de integração os países membros fazem acordos buscando a redução de tarifas alfandegárias e de outros obstáculos que aparecerem no comércio do mercado regional, contudo, são mantidas as mesmas estruturas tarifárias individuais de cada país em relação a comercialização com os outros países (CIGNACCO, 2009)

2.4.2 Zona de livre comércio

Na tese de Cignacco (2009), esse tipo de integração é praticamente igual a zona de preferência tarifária, no entanto, a diferença é que a Zona de Livre Comércio busca uma total eliminação das tarifas alfandegárias e não apenas a redução.

2.4.3 União aduaneira

Conforme colocado por Keedi (2011), a união aduaneira preserva todas as condições da área de livre comércio, isto é, as mercadorias circulam livremente entre os países membros sem a cobrança do imposto de importação, entretanto, quando as importações forem realizadas a países terceiros, utiliza-se uma tarifa externa comum aos países do bloco, sendo esta elaborada em consenso pelos mesmos.

2.4.4 Mercado comum

Possui os mesmos objetivos da união aduaneira e da livre circulação de fatores, como mão de obra, capital e tecnologia, que podem se deslocar por todo o mercado regional sem nenhum problema e além disso, busca como finalidade a harmonização de políticas macroeconômicas entre seus países associados (CIGNACCO, 2009).

2.4.5 União econômica

Neste último modelo de integração, o intuito é abolir as moedas nacionais e aderir apenas uma moeda em todos os países membros, que seriam controladas por um banco central único com o objetivo de todos os países representarem apenas um país economicamente, já que, esse modelo busca uma aproximação entre as economias dos países membros, tentando tornar o desenvolvimento entre eles o mais homogêneo possível (KEEDI, 2011).

2.4.6 Principais blocos econômicos

Praticamente todos os países do mundo fazem parte de algum ou até alguns blocos econômicos. No texto que segue, são expostos os principais blocos econômicos em atividade atualmente.

2.4.6.1 União Europeia - UE

Surgida com o Tratado de Roma de 1957 e mais tarde rebatizada pelo Tratado de Maastricht, em 1992, como União Europeia (UE), atualmente fundamenta-se juridicamente no Tratado de Lisboa de 2007, que emendou os dois tratados referidos anteriormente (CIGNACCO, 2009).

A UE é o bloco mais avançado do mundo e o único que conseguiu alcançar totalmente seus objetivos, além do que, foi o primeiro bloco a ser formado, assim já tendo passado por todas as fases de desenvolvimento dos blocos econômicos (KEEDI, 2011).

Do acordo com o exposto por Cignacco (2009), a UE desenvolveu-se como um mercado protecionista, aplicando nos produtos provenientes da extrazona as mais variadas barreiras tarifárias e não tarifárias. A principal característica deste bloco é o sistema único monetário, isto é, a adaptação e o uso de uma única moeda entre os países membros, o Euro. Porém, dos vinte e sete países-membros, apenas dezessete implementaram esse sistema, que é controlado pelo Banco Central Europeu.

Os países que atualmente participam da UE são: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, República Checa, Romênia e Suécia (UE, 2013).

2.4.6.2 Asia-Pacific Economic Cooperation – APEC

Inicialmente sendo um fórum de conversações informais, em 1989, a Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico – APEC, de delinea como bloco econômico apenas a partir de 1993, após a Conferência de Seattle, nos EUA. A

APEC pretende ser um bloco econômico completamente consolidado até o ano de 2020 (MAZO; TEIXEIRA; HERNANDES, 2009).

A APEC conta com 19 países-membros, sendo que reúne algumas das principais economias mundiais, como EUA, China, Japão e Coréia do Sul. Juntos, os países da APEC correspondem a 50% da produção mundial e 46% do comércio. Complementam o grupo ainda, Austrália, Brunei, Canadá, Chile, Indonésia, Malásia, México, Nova Zelândia, Papua Nova Guiné, Peru, Filipinas, Rússia, Cingapura, Tailândia e Vietnã (APEC, 2013).

2.4.6.3 Mercado Comum do Sul – Mercosul

O Mercosul, um dos principais focos de pesquisa desse estudo, é formado por Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela e envolve dimensões econômicas, políticas e sociais, tendo sido fundado em 1991, com intuito de constituir-se em um verdadeiro mercado comum (MERCOSUL, 2013).

Segundo Cignacco (2009) as principais metas do Mercosul são a eliminação dos impostos no comércio entre os países membros, a adoção de uma Tarifa Externa Comum – TEC, a livre circulação de mão de obra e o livre comércio de serviços.

2.4.6.4 North American Free Trade Association – NAFTA

O Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) é constituído por Estados Unidos da América, Canadá e México, fundado em 1994 e pode ser classificado como uma união aduaneira. Em decorrência da presença dos EUA como um país membro do bloco, que movimenta uma grande quantidade de mercadorias, os três países juntos representam em torno de um terço da economia mundial (KEEDI, 2011).

Apesar encontrar-se em um estado de integração menor, o NAFTA possui vários objetivos, destacando-se os seguintes: garantia aos países membros de uma situação econômica de livre comércio entre eles, o ajuste das economias com intuito de ter competitividade no mercado internacional e o aumento das oportunidades de investimento dos países membros (CIGNACCO, 2009).

2.6 MERCOSUL

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) foi criado oficialmente por meio do Tratado de Assunção, assinado em 26 de março de 1991 e têm como países-membros atualmente, a Argentina, o Brasil, o Uruguai e a Venezuela. O Paraguai, um dos fundadores do Mercosul, está suspenso do grupo desde junho de 2012, após o processo de *impeachment* duvidoso do, até a época presidente paraguaio Fernando Lugo, fato este que levou Argentina, Brasil e Uruguai a imporem a suspensão. Sem os representantes paraguaios que faziam forte oposição à entrada da Venezuela no bloco, esta teve sua inclusão aceita no Mercosul. (SILVA, 1999; CORREIO BRAZILIENSE, 2013).

Ainda em 2012, o Protocolo de Adesão da Bolívia ao Mercosul foi assinado, onde este, após ser incorporado por completo ao ordenamento jurídico dos países-membros, fará do Estado andino o sexto integrante pleno do bloco econômico. (MERCOSUL, 2013).

Para uma perfeita implementação, o Mercosul deve cumprir alguns princípios básicos de caracterização de uma união aduaneira. Silva (1999) elenca tais princípios:

- a) Livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, onde este pode ser alcançado quando da eliminação dos direitos aduaneiros e das imposições tarifárias;
- b) Política Comercial Comum, que se caracteriza por todos os países-membros se adotarem um sistema de Tarifa Externa Comum (TEC), praticada nas negociações internacionais com países terceiros e nas práticas das políticas comerciais;
- c) Coordenação de políticas setoriais e macroeconômicas, que são políticas asseguradoras de condições justas de concorrência entre os associados;
- d) Harmonização das legislações, afim de fortalecerem o processo de integração e alcançarem um tratamento igualitário em questões fiscais, tarifárias, entre outras.

A demora em se alcançar um maior sucesso econômico no bloco e finalmente chegar a uma união aduaneira perfeita, para Bustamante (2005), deve-se ao início apressado do mesmo. Os países, ao assinarem o Tratado optaram em

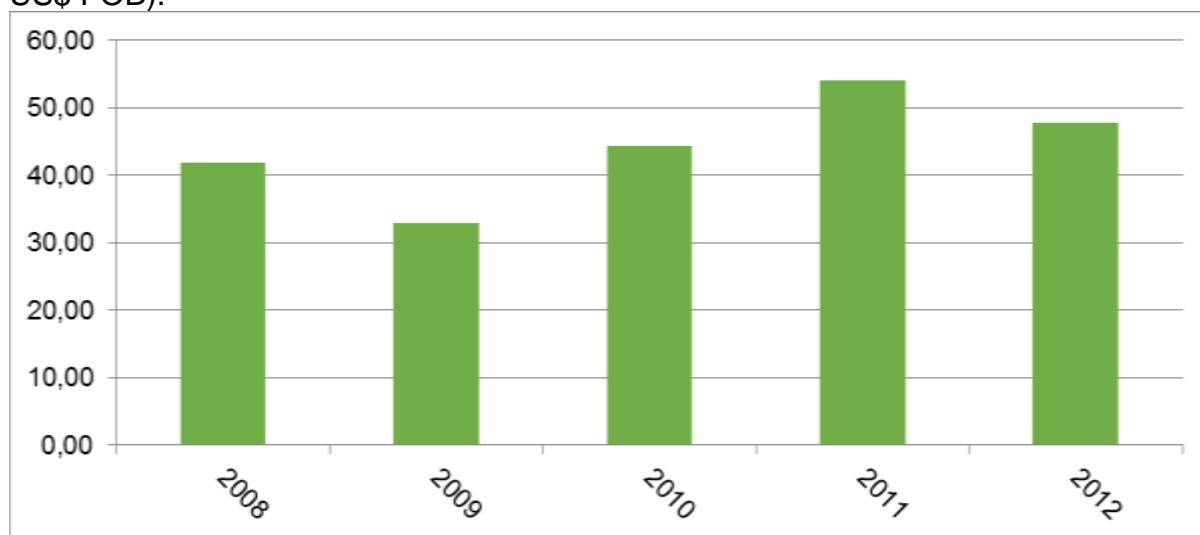
priorizar as vontades políticas de seus governos, deixando de lado o fato de desconhecerem as diferenças econômicas entre eles.

A inexistência de uma coordenação de políticas macroeconômicas, sobretudo dos seus principais membros (Brasil e Argentina), afeta diretamente o crescimento conjunto das economias no bloco. Na contramão do progresso, os dois países geram um efeito negativo no comércio intrazona com suas políticas protecionistas divergentes (LADEIRA, NIQUE; 2012).

Para Campos (2013), um fator também determinante para o lento crescimento do Mercosul, está também nas condições que os países-membros impõem uns aos outros para a circulação de alguns produtos dentro do bloco, sendo feita uma dupla cobrança da TEC, fazendo com que na prática ela não seja comum à todos, como é na teoria.

Na Figura 6 pode-se observar o total da corrente de comércio intrazona do Mercosul, ou seja, as exportações e importações que os países-membros fazem entre si, entre os anos de 2008 e 2012.

Figura 6 - Corrente de comércio intrazona do MERCOSUL 2008 – 2012 (em bilhões US\$ FOB).



Fonte: Adaptado de Brasil (2013).

Corroborando com as ideias de Bustamante (2005), Ladeira e Nique (2012) e Campos (2013), o que se pode perceber na Figura 6 é o baixo valor na corrente de comércio entre os países participantes do bloco, se comparada com a Tabela 1, que mostra o total da corrente de comércio mundial.

Porém, frente a isso, o Mercosul está em constante busca por consolidar seus objetivos e se tornar mais forte economicamente frente ao mercado internacional e a outros blocos.

O aperfeiçoamento institucional do bloco e o fortalecimento de sua dimensão jurídico-institucional também têm papel fundamental na agenda. Em consonância com esses objetivos, foi aprovado, em 2002, o Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias entre os Estados Partes. A partir da aprovação desse Protocolo, foi criado o Tribunal Permanente de Revisão com o objetivo de garantir a correta interpretação, aplicação e cumprimento do conjunto normativo do Bloco. Ainda no âmbito institucional, o Parlamento do MERCOSUL, constituído em dezembro de 2006, representa importante avanço, conferindo maior representatividade e transparência ao processo de integração (MERCOSUL, 2013).

Há também em curso, o Plano de Desenvolvimento e Integração Produtiva Regional, que visa uma maior integração da produção entre os países-membros, fator este que desde o início do bloco ficou em segundo plano. Integração produtiva se refere a um sistema em que as economias regionais estão conectadas através de uma rede de atividades produtivas, ou seja, o processo de produção é fragmentado e redistribuído, formando alianças entre organizações de diferentes países (LADEIRA, NIQUE; 2012).

Porém, há certos fatores que dificultam esse processo de integração produtiva. A América do Sul padece de péssimas redes rodoviárias e de comunicação, elevando consideravelmente os custos com transporte, afetando diretamente a competitividade das empresas, a capacidade de produção e crescimento dos países-membros frente aos mercados internacionais (LADEIRA, NIQUE; 2012).

Ocorre ainda que, conforme exposto por Ladeira e Nique (2012), historicamente os países sul-americanos têm suas características produtivas voltadas à exportação de *commodities*, produtos de baixo grau de industrialização. Sendo que as colaborações tecnológicas entre empresas no Mercosul ficam concentradas em setores de baixa tecnologia e também em tecnologias relativamente menos avançadas, como vestuário e engenharia mecânica.

O Mercosul se compõe de três órgãos decisórios principais no que se refere ao âmbito internacional: o Conselho do Mercado Comum (CMC), o Grupo Mercado Comum (GMC) e a Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM). O CMC é tido como o órgão superior do bloco, sendo o responsável por conduzir a política do processo de integração e também pela determinação das ações necessárias para

que sejam cumpridos os acordos do Tratado. Compõem o Conselho os Ministros das Relações Exteriores e da Economia dos países-membros, os quais se reúnem no mínimo uma vez por semestre, contando ainda com a presença dos presidentes dos Estados (LUPI, 2001).

O órgão incumbido de tomar providências e zelar pelo cumprimento das determinações do CMC, elaborar programas para a evolução da integração dos países do bloco e propor medidas administrativas para o Tratado de Assunção, é o GMC. Os membros titulares do Grupo são indicados diretamente pelo governo de cada país. Já a CCM tem a missão de coordenar as políticas tarifárias e fiscais dos países, buscando alcançar ações coordenadas conjuntas entre os Estados-parte (LUPI, 2001).

No próximo capítulo, apresentam-se os procedimentos metodológicos que foram utilizados para o desenvolvimento da presente pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O capítulo que segue, apresenta os procedimentos metodológicos que foram utilizados pelo acadêmico na realização da pesquisa científica. Inicia-se com uma breve conceituação acerca de método e pesquisa, prosseguindo com a definição do tipo de pesquisa que foi aplicada, tanto no se refere quanto aos fins de investigação, quanto aos meios. Descreve ainda, o plano de coleta e análise dos dados.

Para Demo (1985, p.10) a “Metodologia é uma preocupação instrumental, [...] trata das formas de se fazer ciência, [...] cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos”. Pode-se afirmar ainda que, a pesquisa, sendo uma atividade voltada para a solução de problemas, deve se utilizar de métodos para investigação destas questões, de análises de tais soluções e procurar também inserir algo novo no processo do saber (PÁDUA, 2011).

Cervo e Bervian (1983, p.25), distinguem método e processo e destacam a relação de sujeição entre ambos:

Por método entende-se o dispositivo ordenado, o procedimento sistemático, em plano geral. O processo (a técnica), por sua vez, é a aplicação específica do plano metodológico e a forma especial de o executar. [...] O processo está subordinado ao método, sendo seu auxiliar imprescindível.

Utilizam-se os métodos científicos em todas as ciências, entretanto, em outros ramos de estudo, ainda que aplicado um método, estes não se caracterizam por ciência. Em suma, não se faz ciência sem aplicação de métodos científicos (LAKATOS; MARCONI, 2001).

Alguns aspectos como a qualificação do pesquisador e os recursos, sejam eles humanos, materiais ou financeiros, tornam-se requisito básicos na realização de uma pesquisa. Além do tempo que se faz necessário para dedicar-se à pesquisa, o investigador também se utiliza de equipamentos, livros, instrumentos e em determinados casos, verbas para remuneração de prestação de serviços de terceiros (ANDRADE, 2005).

Desta forma apresenta-se a seguir o delineamento da pesquisa, a definição da área e população-alvo e ainda os planos de coleta e análise dos dados que foram feitos no presente estudo.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Em um sentido amplo, o delineamento trata de todo o planejamento e desenvolvimento da pesquisa, classificando-a conforme seu objetivo geral. Controla o ambiente e o plano para coleta de dados, os procedimentos técnicos e as variáveis envolvidas (GIL, 1996).

A pesquisa descritiva, melhor enquadrada quanto aos fins de investigação desta pesquisa, leva o pesquisador à observação, a fazer registros, análises e correlações sem a intervenção deste. A pesquisa descritiva busca, de forma mais precisa que lhe é possível, descobrir relações e conexões de tal fato ou fenômeno, seus aspectos, natureza e características (CERVO; BERVIAN, 1983).

Principalmente utilizada nas ciências sociais e aplicadas, a pesquisa descritiva, conforme Cervo, Bervian e Silva (2007), aborda dados e problemas que merecem ser examinados e investigados, porém ao ocorrerem em seu habitat natural, carecem de coleta, registro e ordenação, para então poderem ser estudados.

No que se refere ao procedimento que pode ser utilizado na coleta de dados, Gil (1996) elenca dois grupos de pesquisa: as que se valem de fontes já existentes, onde se encontram a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, e as que obtêm os dados por meio de pessoas, aí inclusa a pesquisa experimental, a pesquisa *ex-post-facto*, o levantamento e o estudo de caso.

Para Lakatos e Marconi (2001, p.183), a pesquisa bibliográfica põe em contato direto o pesquisador com toda bibliografia já publicada relacionada com o tema de sua pesquisa, desde livros, revistas, artigos e teses a sites de informações confiáveis. Mas não se caracteriza apenas como uma reprodução do que já foi escrito, e sim, proporciona uma nova perspectiva sobre o tema estudado, levantando-se novas conclusões.

Fez-se então necessário para a sustentação e embasamento teórico do estudo, o uso de literatura especializada, como livros e artigos das áreas a serem abordadas pelo acadêmico pesquisador, onde este tomou conhecimento acerca dos futuros objetos de pesquisa. Contando com um grande acervo de livros da Biblioteca Central Prof. Eurico Back, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, artigos científicos colhidos na base de dados do site Scielo e dados oficiais extraídos

de sites governamentais como o AliceWeb, IBGE e MDIC, o acadêmico teve totais condições para que pudesse ter base para tal fundamentação.

Caracterizou-se também na pesquisa, quanto aos meios de investigação, a pesquisa documental. Tal pesquisa, para Martins (2004, p.86), tem por objetivo “coletar os elementos mais relevantes para o estudo que será feito, via registros e documentos que possam ser considerados cientificamente autênticos”.

3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA E/OU POPULAÇÃO-ALVO

Barbetta (2010, p. 41), expõe população como “o conjunto de elementos para os quais desejamos que as conclusões da pesquisa sejam válidas”. Uma vez que os dados da pesquisa serão 100% extraídos de um site, não se aplica uma definição área ou de população no presente estudo.

3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS

Na pesquisa documental, têm-se dois tipos de fontes para obtenção de dados, as primárias e as secundárias. São tidos como fontes primárias textos originais, manuscritos, documentos dos arquivos públicos e privados, documentos fotográficos, recursos audiovisuais, ou seja, fontes estudadas que darão origem a outras obras, estas por sua vez, classificadas como fonte secundária (ANDRADE, 2007).

Andrade (2007, p.29) conclui que “o mais importante, porém, é identificar fontes fidedignas, confiáveis, de autores renomados e considerados autoridades no assunto que se vai estudar.” Sendo assim, os dados estatísticos do presente estudo, que serão extraídos do site ALICE-Web.

No que diz respeito à técnica de coleta de dados, as variáveis a serem analisadas em um estudo podem ser classificadas como qualitativas, caso em que os resultados obtidos podem ser atributos ou qualidades. Já as medidas quantitativas, apresentam números em seu resultado e na maioria dos casos, são mais informativas (BARBETTA, 2010).

A técnica quantitativa foi utilizada nessa pesquisa, uma vez que o estudo da relação comercial entre duas ou mais partes só é possível analisando-se os

valores das operações e transações financeiras realizadas, sejam elas negociação de mercadorias e serviços, investimentos ou empréstimos.

Appolinário (2006, p.133) define o instrumento de pesquisa por “procedimento, método ou dispositivo (aparelho) que tenha por finalidade extrair informações de uma determinada realidade, fenômeno ou sujeito de pesquisa.”

O presente estudo utilizou como instrumento para coleta dos dados o site oficial do governo brasileiro de estatísticas de importação e exportação, mantido pela Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), o ALICE-Web, sigla para Sistema de Análise de Comércio Exterior via Internet. Seguindo-se da organização e tabulação dos dados obtidos, o pesquisador teve em mãos material técnico suficiente para explorar a relação comercial entre o estado de Santa Catarina e o Mercosul.

3.4 PLANO DE ANÁLISE DOS DADOS

Após os dados serem devidamente organizados e tabulados, geram resultados que necessitam de uma análise seguida de interpretação, estas sendo constituídas no núcleo central da pesquisa (MARCONI, LAKATOS; 1996).

No que se refere ao tipo de abordagem que seria utilizada na pesquisa, tinha-se, a exemplo da técnica de coleta de dados, duas classificações, a quantitativa e a qualitativa. Porém não se limita a classificação da abordagem com relação a técnica escolhida, o que Gatti (2012, p.1) explica:

[...] não é o uso de dados quantitativos ou qualitativos que diferencia formas de abordagem de questões em investigação, mas, sim, a perspectiva que nos guia nessa investigação. Podemos trabalhar em formas qualitativas de produção e análise de dados com uma perspectiva perfeitamente funcionalista, por exemplo, ou trabalhar dados numéricos, com uma perspectiva dialética.

O enfoque quantitativo desse estudo se deu pelo fato de que seu universo, em sua maioria, foram números, valores e dados estatísticos. Após a obtenção dos dados, foram elaborados gráficos e tabelas por meio de planilhas eletrônicas, para que se ilustrasse de forma mais compreensível a corrente de comércio e a balança comercial entre Santa Catarina e Mercosul.

4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

O presente trabalho se utilizou dos dados extraídos do *site* oficial do governo brasileiro, ALICE-Web, para que se chegasse a um estudo completo acerca da relação comercial do estado de Santa Catarina com o bloco econômico Mercosul, entre os anos de 2002 e 2012.

Os resultados da pesquisa serão apresentados em três partes, sendo a primeira um breve apanhado de dados sobre o comércio exterior brasileiro. Em sequência, será exposto também um panorama do comércio exterior do Mercosul e de cada país-membro do bloco. Por fim, será apresentado o foco principal do estudo, a relação comercial entre Santa Catarina e o Mercosul.

4.1 COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

O Brasil vem nos últimos anos apresentando baixo desempenho no mercado internacional em termos de exportação. O país está em uma posição não muito favorável no *ranking* mundial de exportadores e sua parcela de participação no montante mundial pouco evolui. Como mostra a Tabela 2, passados cinco anos da crise mundial em 2008, o Brasil continua abaixo dos 20 principais mercados exportadores do mundo.

Tabela 2 - *Ranking* mundial de países na exportação.

Países	2008	2009	2010	2011	2012
China	2	1	1	1	1
Estados Unidos	3	3	2	2	2
Alemanha	1	2	3	3	3
Japão	4	4	4	4	4
Países Baixos	5	5	5	5	5
França	6	6	6	6	6
Coreia do Sul	12	9	7	7	7
Rússia	9	13	12	9	8
Itália	7	7	8	8	9
Canadá	11	12	13	13	10
Hong Kong	13	11	11	12	11
Bélgica + Luxemburgo	8	8	9	10	12
Reino Unido	10	10	10	11	13
Cingapura	14	14	14	14	14
Arábia Saudita	15	18	18	15	15

México	16	15	15	16	16
Índia	23	21	20	19	17
Espanha	17	16	17	18	18
Emirados Árabes Unidos	19	19	19	20	19
Austrália	24	23	21	21	20
Brasil	22	24	22	22	21

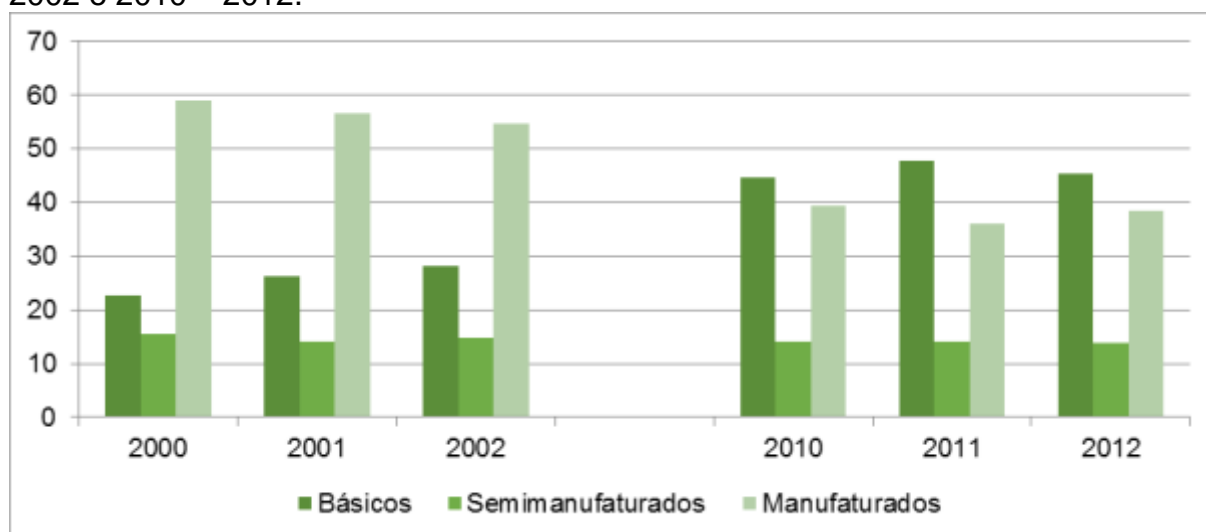
Fonte: Adaptado de AEB (2013).

Nota-se na Tabela 2 que, diferentemente do tímido desempenho brasileiro frente às exportações, a Índia, país emergente com desenvolvimento parecido com o do Brasil, ganhou praticamente uma posição por ano no ranking. Saiu de 23º, logo atrás do Brasil, em 2008 para 18º em 2012. Enquanto isso, a economia brasileira subiu apenas uma posição nesses cinco anos.

O modesto desempenho nas exportações reflete também no número de empresas exportadoras no país. Entre 2002 e 2012, o número médio de empresas que negociam seus produtos e serviços para fora do Brasil, ficou em torno de apenas 20.000 (BRASIL, 2013).

É apresentada na Figura 8 a representatividade de cada fator agregado no total das exportações brasileiras nos três primeiros anos da década passada em comparação com os três primeiros da década atual, mostrando o processo de reprimarização econômica que o país atravessa.

Figura 7 - Representatividade por fator agregado nas exportações brasileiras 2000 - 2002 e 2010 - 2012.

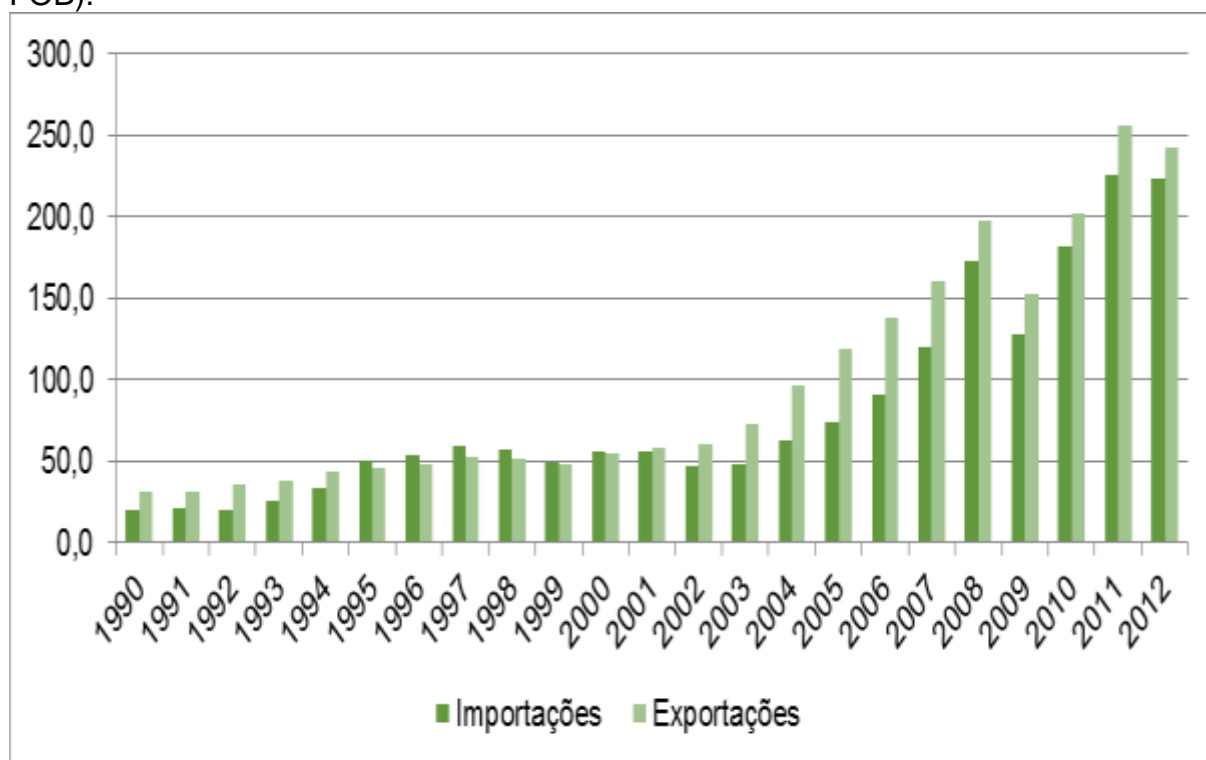


Fonte: Adaptado de AEB (2013).

A Figura 7 revela a atual dependência brasileira nas exportações de *commodities* (cerca de 70% do total em média), uma vez que os produtos denominados básicos e semimanufaturados são classificados e comercializados com tal nomenclatura. Há ainda *commodities* consideradas como produtos manufaturados, como açúcar refinado, suco de laranja, gasolina e etanol, todos comercializados em grandes quantidades pelo Brasil (AEB, 2013).

Essa situação de sujeição às *commodities* contempla dois lados de uma mesma moeda, uma vez que a demanda desses produtos está em constante crescimento e dificilmente pode ter uma redução significativa de mercado. Em contrapartida, os exportadores brasileiros não exercem controle ou influência alguma sobre suas cotações, já que estas são determinadas pelo mercado internacional, deixando-os assim dependentes do cenário econômico mundial (GERBELLI, 2012; AEB, 2013).

Figura 8 - Exportações e importações brasileiras 1990 – 2012 (em bilhões US\$ FOB).



Fonte: Adaptado de Brasil (2013).

Percebe-se na Figura 8 que a partir do ano de 2000 o Brasil mostra índices de crescimento no comércio exterior, porém ainda modestos se comparados a outros países de mesmo porte econômico que o brasileiro. A ascensão iniciada em

2000 está ligada diretamente ao ciclo de alta nas cotações das *commodities*, principais produtos exportados pelo país. Outro fato ainda que se observa são os déficits na balança comercial brasileira entre os anos de 1995 e 2000, época em que o Plano Real recém havia sido implantado no país (AEB, 2012).

Por outro lado, nas importações o Brasil vem crescendo em relevância para o mercado mundial e em apenas cinco anos, entre 2007 e 2011, quase dobrou os valores importados. É apresentada na Tabela 3 tal evolução e também a participação do Brasil no mercado importador mundial.

Tabela 3 - Importações brasileiras x importações mundiais 2007 - 2012 (em milhões de US\$ FOB).

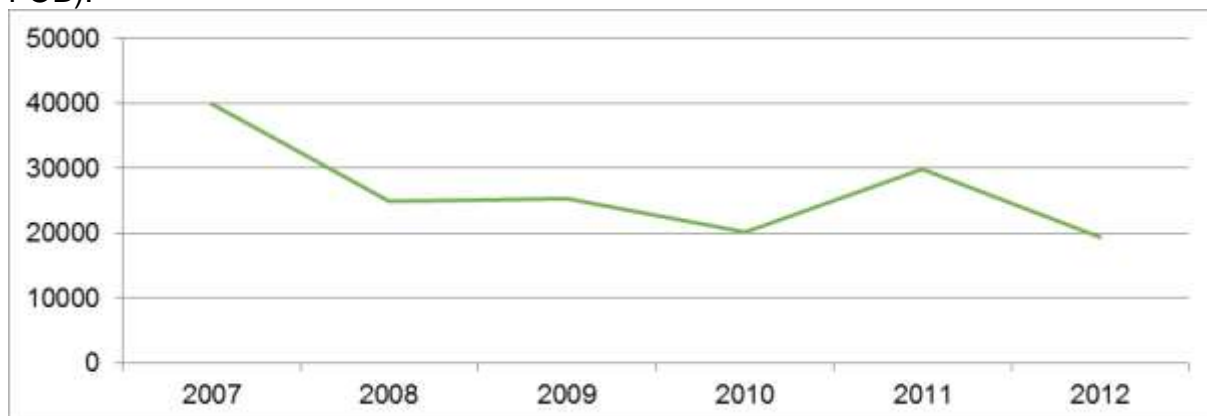
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Mundo	14.311.000	16.536.000	12.733.000	15.457.000	18.381.000	18.456.000
Brasil	126.645	182.377	133.678	191.491	236.870	223.154
Participação	0,88%	1,10%	1,05%	1,24%	1,29%	1,21%
Posição	28	24	26	20	21	21

Fonte: Adaptado de Brasil (2013).

Entende-se com a Tabela 3 que, com a valorização do Real iniciada em meados de 2007, fruto de uma consolidação e estabilidade econômica brasileira que atraiu investidores e conseqüentemente, derrubou a cotação do dólar, as importações tiveram uma série de crescimento, a exceção de 2009, ano em que a crise econômica atingiu o mundo, acarretando uma recessão generalizada. A confirmar tal crescimento do mercado importador no país, o número de empresas nacionais que trazem produtos ou serviços do exterior pulou de 22.330 no ano de 2003, para 42.458 em 2012. São mais de 2000 empresas que, anualmente, entram para o comércio internacional buscando novas oportunidades (BRASIL, 2013).

A Figura 9 mostra a queda sofrida no saldo da balança comercial do Brasil em apenas cinco anos. Nesse breve período de tempo houve uma retração de 48,5% no saldo, deixando a diferença entre exportações e importações brasileiras em US\$ 19,4 bilhões, a qual anteriormente, em 2007, alcançara o valor recorde de US\$ 40 bilhões.

Figura 9 - Saldo da balança comercial brasileira 2007 - 2012 (em bilhões de US\$ FOB).



Fonte: Adaptado de Brasil (2013).

Complementando a Figura 9, é mostrada em seguida a porcentagem da participação de exportações e importações no Produto Interno Bruto – PIB brasileiro, também entre os anos de 2007 e 2012.

Figura 10 - Participação % das importações e exportações no PIB do Brasil 2007 - 2012.



Fonte: Adaptado de Brasil (2013).

Em 2007, ano em que o Brasil registrou US\$ 1,366 trilhão em seu PIB, as importações tiveram uma significativa parcela de 8,83% do total, enquanto as exportações, historicamente mais elevadas, participaram com 11,76%. Já em 2012, com um PIB de US\$ 2,252 trilhões, as importações representaram 9,91%, contra 10,77% das exportações. A diferença antes de 2,93 pontos percentuais, agora chega a apenas 0,86, fato que corrobora as ideias antes expostas, mostrando um

maior crescimento do mercado importador, ainda que as exportações não tenham deixado de crescer (BRASIL, 2013).

As Tabelas 4, 5 e 6 mostram a corrente de comércio entre o Brasil e seus dez principais parceiros comerciais entre os anos de 2007 e 2012. Mostram ainda a parcela que cada país representa no montante das negociações internacionais feitas pelo Brasil naquele ano.

Tabela 4 - Principais parceiros comerciais do Brasil 2008 – 2007 (em US\$ FOB).

	2008		2007	
Total	\$ 281.269.950.554,00	100%	\$ 229.158.310.336,00	100%
China	\$ 23.366.574.618,00	8,31%	\$ 16.392.817.261,00	7,15%
EUA	\$ 43.787.314.760,00	15,57%	\$ 39.182.228.201,00	17,10%
Argentina	\$ 24.826.942.948,00	8,83%	\$ 19.792.854.586,00	8,64%
Alemanha	\$ 15.885.912.045,00	5,65%	\$ 12.194.290.226,00	5,32%
Países Baixos	\$ 9.956.750.267,00	3,54%	\$ 6.534.491.888,00	2,85%
Japão	\$ 8.930.917.631,00	3,18%	\$ 7.734.154.697,00	3,38%
Coreia do Sul	\$ 5.437.698.955,00	1,93%	\$ 5.068.848.344,00	2,21%
Itália	\$ 7.810.875.924,00	2,78%	\$ 6.406.816.543,00	2,80%
Índia	\$ 3.122.782.518,00	1,11%	\$ 2.412.840.931,00	1,05%
México	\$ 6.239.575.200,00	2,22%	\$ 5.768.522.363,00	2,52%
Demais países	\$ 131.904.605.688,00	46,90%	\$ 107.670.445.296,00	46,99%

Fonte: Adaptado de Brasil (2009).

Tabela 5 - Principais parceiros comerciais do Brasil 2010 – 2009 (em US\$ FOB).

	2010		2009	
Total	\$ 383.563.960.939,00	100%	\$ 280.717.085.793,00	100%
China	\$ 56.379.045.932,00	14,70%	\$ 36.915.020.034,00	13,15%
EUA	\$ 46.346.566.367,00	12,08%	\$ 35.633.773.386,00	12,69%
Argentina	\$ 32.948.826.785,00	8,59%	\$ 24.066.623.158,00	8,57%
Alemanha	\$ 20.690.962.837,00	5,39%	\$ 16.043.468.984,00	5,72%
Países Baixos	\$ 14.122.633.291,00	3,68%	\$ 9.637.474.535,00	3,43%
Japão	\$ 14.122.633.291,00	3,68%	\$ 9.637.474.535,00	3,43%
Coreia do Sul	\$ 12.182.437.943,00	3,18%	\$ 7.476.842.553,00	2,66%
Itália	\$ 9.072.955.310,00	2,37%	\$ 6.681.128.439,00	2,38%
Índia	\$ 7.734.723.257,00	2,02%	\$ 5.606.136.791,00	2,00%
México	\$ 2.000.367.954,00	3,13%	\$ 9.122.597.446,00	3,25%
Demais países	\$ 57.962.807.972,00	41,18%	\$ 19.896.545.932,00	42,71%

Fonte: Adaptado de Brasil (2011).

Tabela 6 - Principais parceiros comerciais do Brasil 2011 – 2012 (em US\$ FOB).

	2012		2011	
Total	\$ 482.285.472.889,00	100%	\$ 465.728.906.081,00	100%
China	\$ 77.105.013.552,00	15,99%	\$ 75.476.039.012,00	16,21%
EUA	\$ 59.774.544.294,00	12,39%	\$ 59.057.909.404,00	12,68%
Argentina	\$ 39.615.695.907,00	8,21%	\$ 34.441.806.756,00	7,40%
Alemanha	\$ 24.253.043.407,00	5,03%	\$ 21.485.991.200,00	4,61%
Países Baixos	\$ 15.906.982.791,00	3,30%	\$ 18.147.108.631,00	3,90%
Japão	\$ 17.345.566.480,00	3,60%	\$ 15.690.455.422,00	3,37%
Coreia do Sul	\$ 14.791.232.573,00	3,07%	\$ 13.598.748.035,00	2,92%
Itália	\$ 11.664.101.283,00	2,42%	\$ 10.779.953.515,00	2,31%
Índia	\$ 9.281.725.771,00	1,92%	\$ 10.619.773.211,00	2,28%
México	\$ 9.090.660.548,00	1,88%	\$ 10.078.079.242,00	2,16%
Demais países	\$ 192.340.074.159,00	39,88%	\$ 196.353.041.653,00	42,16%

Fonte: Adaptado de Brasil (2013).

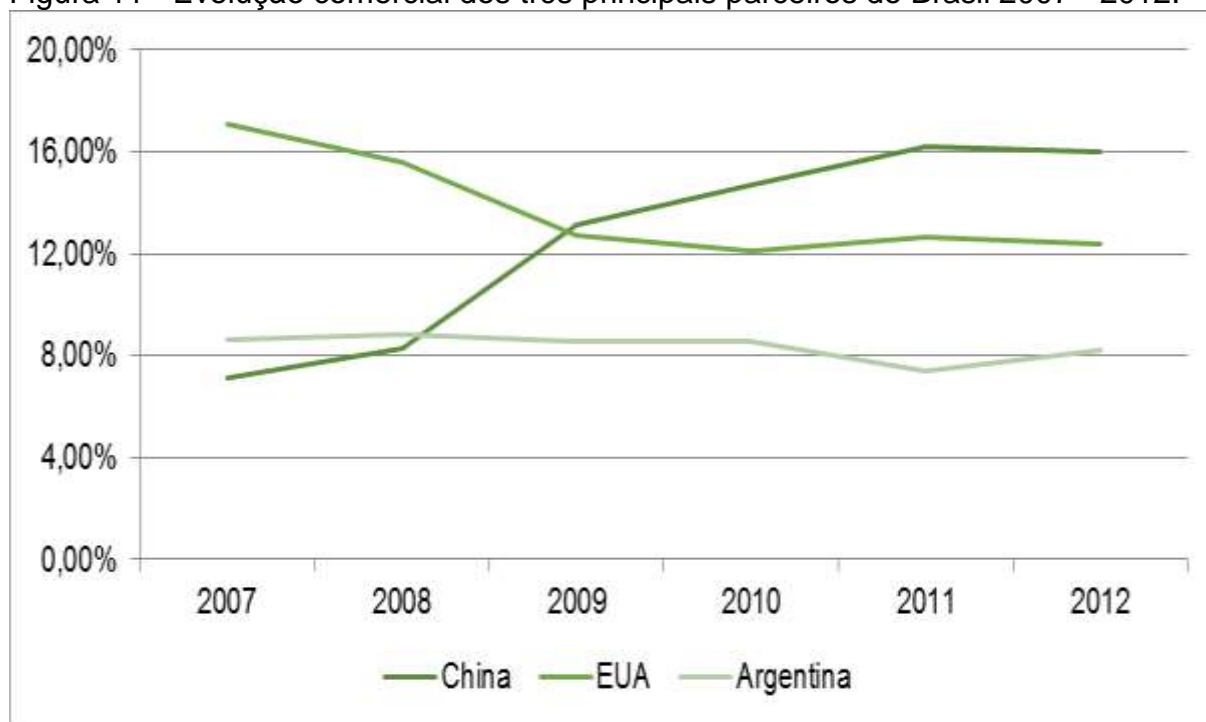
Ao se analisar as Tabelas 4,5 e 6, percebem-se alguns pontos importantes no comércio exterior brasileiro e que ajudam a compreender algumas situações do cenário econômico atual do país.

Desde 1930 os Estados Unidos eram o maior parceiro comercial do Brasil, porém em abril de 2009 a China passa a frente e se consolida na primeira posição. Em um agressivo processo de crescimento econômico, a China dispunha de enorme demanda para a importação de *commodities* minerais, metálicas e alimentícias do Brasil, fato que vem a esclarecer a posição tomada dos americanos (AEB, 2013).

Em contrapartida, as importações brasileiras ainda são dominadas pelos EUA, representando 15,02% do total. A China segue de perto, chegando a 14,49% em 2012, fruto de sua forte política comercial na exportação de produtos manufaturados (AEB, 2013).

Na sequência, a Figura 11 mostra o comportamento dos três principais parceiros comerciais do Brasil e sua participação na corrente de comércio brasileira entre 2007 e 2012, comprovando a rápida evolução do mercado chinês, a queda dos EUA e a importante parceria argentina se mantendo em terceiro lugar.

Figura 11 - Evolução comercial dos três principais parceiros do Brasil 2007 - 2012.



Fonte: Adaptado de Brasil (2013).

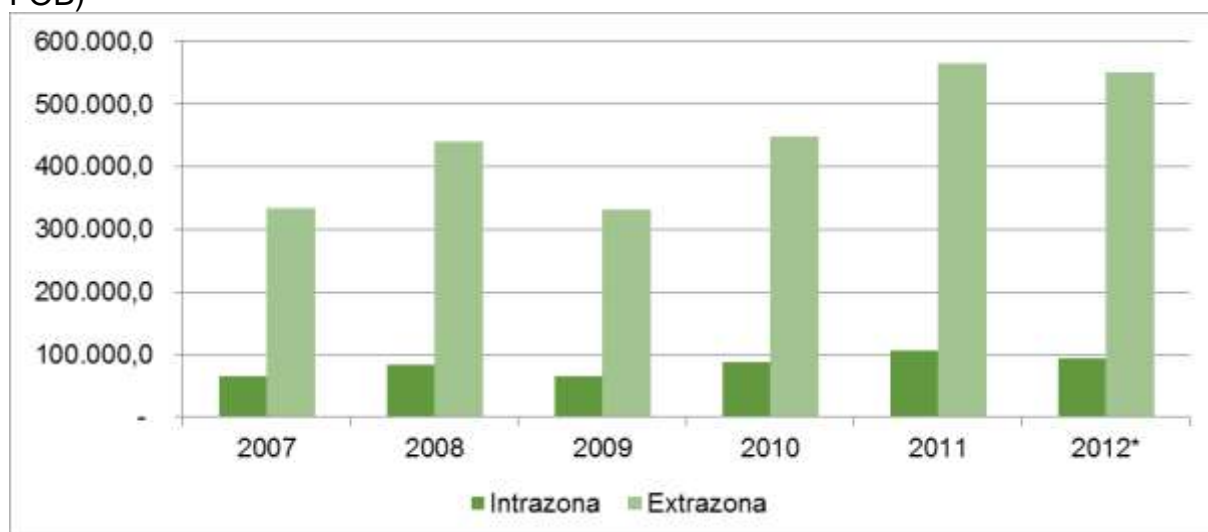
A Argentina é um dos mercados mais importantes para o Brasil, não apenas pela posição que ocupa do ranking de parceiros comerciais brasileiros, mas também pela proximidade física e por estar inserida no Mercosul, juntamente com o próprio Brasil. O comércio bilateral entre os dois países é o principal do bloco e o que praticamente mantém sua existência (GONÇALVES, 2006).

4.2 MERCOSUL NO MERCADO INTERNACIONAL

As bases do Mercosul foram moldadas pelo modelo econômico dominante na época, o neoliberalismo. No lugar de um bloco com ambições de uma real integração econômica, foi vislumbrado para o mercado internacional e levado em consideração apenas a vontade política dos países. As assimetrias econômicas e estruturais dos membros pouco foram sanadas em vinte anos de integração comercial e o Mercosul ainda é refém da instável corrente comercial entre Brasil e Argentina (PRONER, RAMINA; 2012).

Pode-se observar na Figura 12 um confronto entre a corrente de comércio do Mercosul com ele próprio (intrazona) e com o mundo (extrazona).

Figura 12 - Corrente de comércio do Mercosul 2007 - 2012 (em milhões de US\$ FOB)

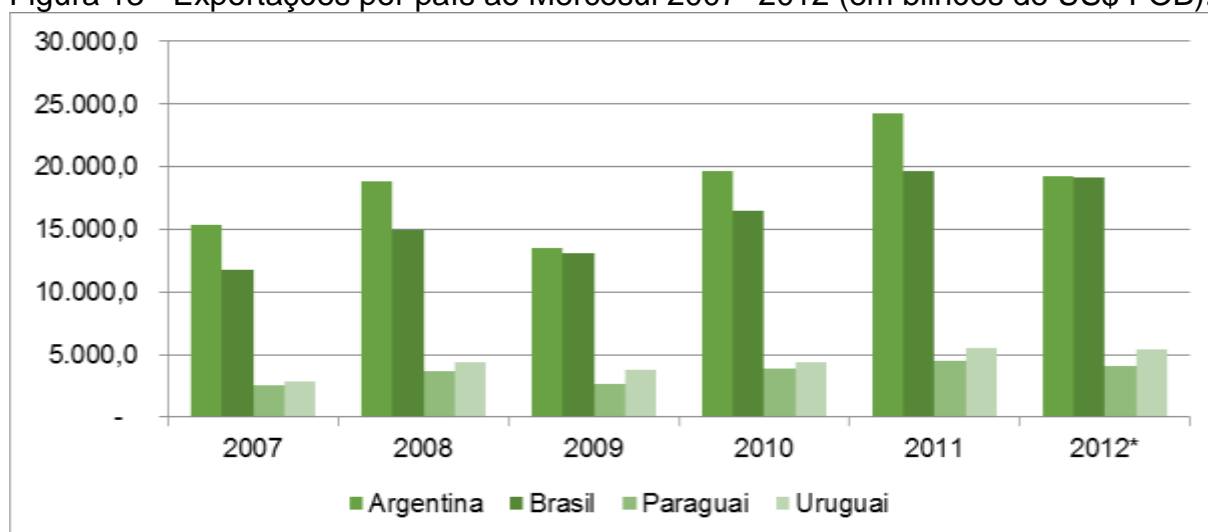


Fonte: Adaptado de Brasil (2013). *Venezuela exclusive.

Como visto na Figura 12, o Mercosul ainda tem um fraco comércio intrazona, quando comparado com suas transações para fora do bloco. Em 2009, os quatro membros juntos comercializaram US\$ 330,5 bilhões para fora do bloco e apenas US\$ 64,5 bilhões entre si. Já em 2011, melhor ano da série, foram US\$ 564,8 bilhões contra US\$ 51,2 bilhões.

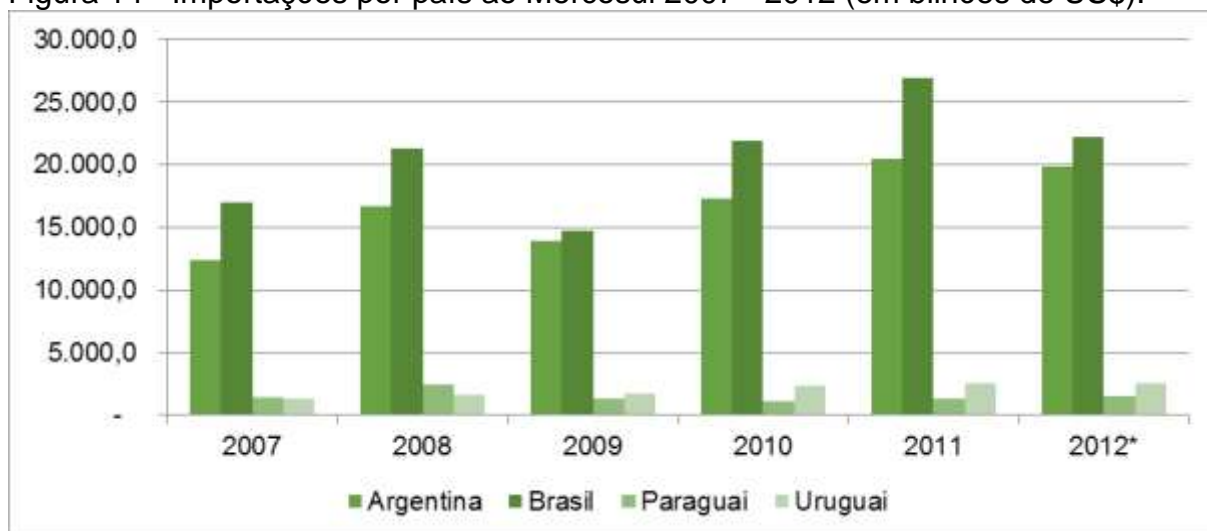
Nas Figuras 13 e 14, são expostas, respectivamente, as exportações e importações de cada país-membros feitas ao Mercosul entre 2007 e 2012.

Figura 13 - Exportações por país ao Mercosul 2007- 2012 (em bilhões de US\$ FOB).



Fonte: Adaptado de Brasil (2013). *Venezuela exclusive.

Figura 14 - Importações por país ao Mercosul 2007 - 2012 (em bilhões de US\$).

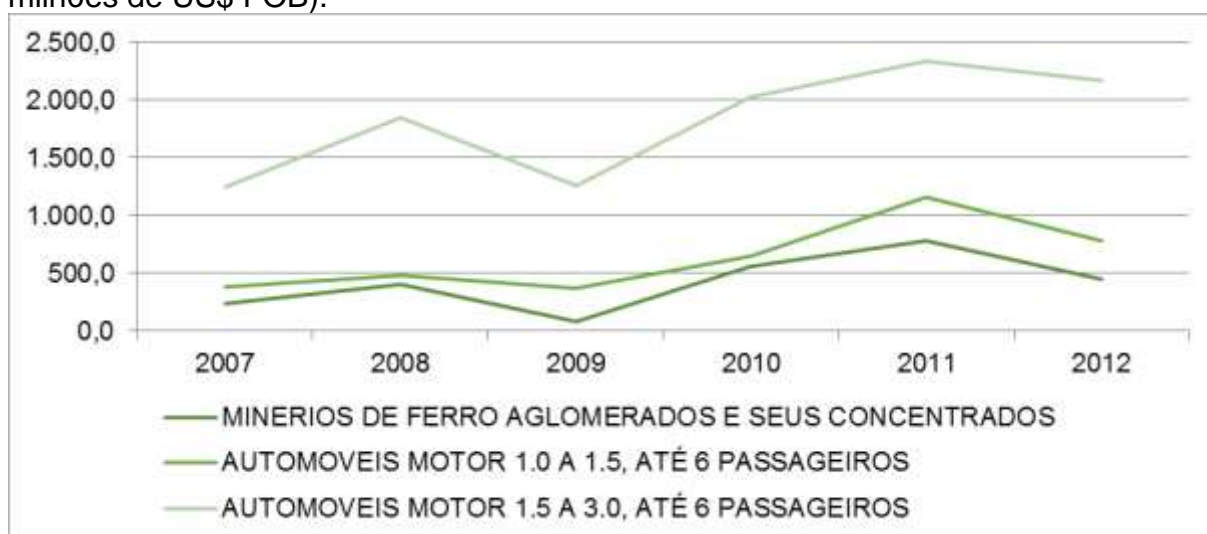


Fonte: Adaptado de Brasil (2013). *Venezuela exclusive.

Analisando-se as Figuras 13 e 14, é nítida a discrepância entre o volume comercializado por Argentina e Brasil, e Paraguai e Uruguai. Não poderia ser diferente, uma vez que Argentina e Brasil, juntos, representam 63% da área total da América do Sul, 60% da população e 61% do PIB e em 1986 os dois países firmam o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), parceria que foi ponto de partida para a criação do Mercosul (CANDEAS, 2012; INDEX MUNDI, 2013).

A Figura 15 mostra os três principais produtos importados pela Argentina do Brasil.

Figura 15 - Principais produtos exportados pelo Brasil à Argentina 2007 - 2012 (em milhões de US\$ FOB).

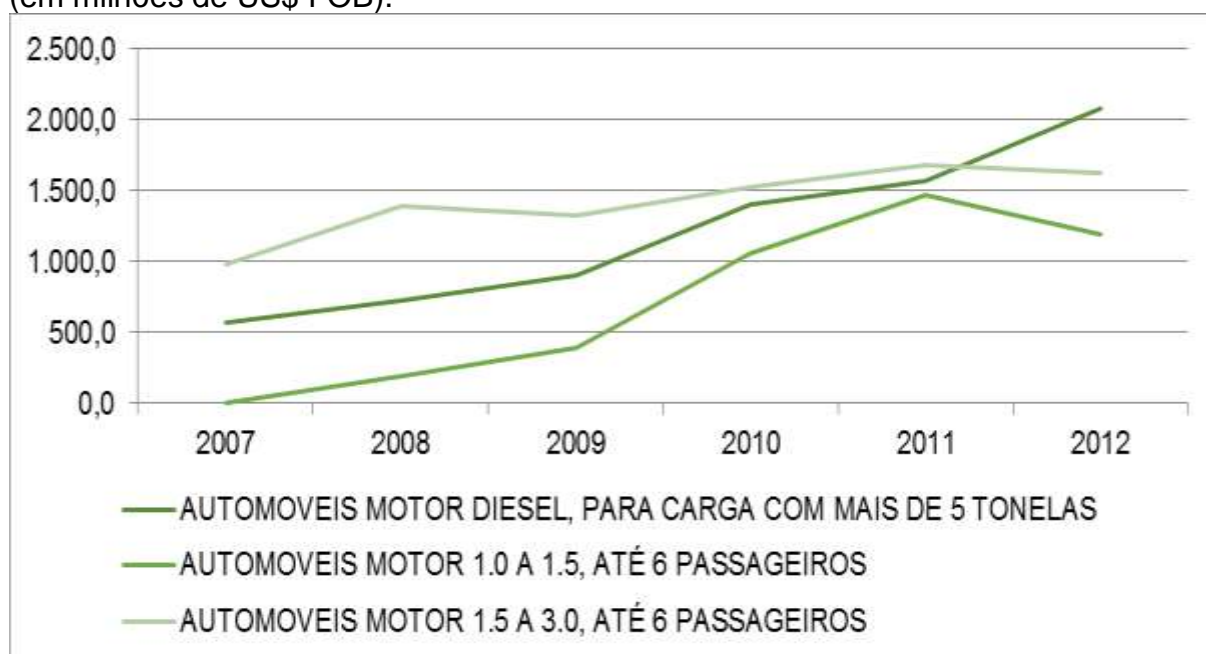


Fonte: Adaptado de Brasil (2013).

A relação bilateral de Argentina e Brasil vem nos últimos anos se baseando em veículos automotores e *commodities* de ferro. Porém essa relação é considerada de risco, uma vez que a produção dos veículos brasileiros é feita parte na Argentina e parte no Brasil e estes representam cerca de 30% do total nessa relação comercial. Qualquer mudança no setor pode afetar diretamente Brasil e Argentina, e conseqüentemente, Mercosul e América do Sul (CORREIO BRAZILIENSE, 2013).

A afirmação desse fato pode ser observada na Figura 16, que mostra os três principais produtos exportados pelos argentinos com destino ao Brasil.

Figura 16 - Três principais produtos exportados pela Argentina ao Brasil 2007 - 2012 (em milhões de US\$ FOB).



Fonte: Adaptado de Brasil (2013).

Corroborando as ideias acima expostas, nota-se na Figura 16, em comparação com a Figura 15, a presença de dois produtos em ambos. Os automóveis de motor 1.0 a 1.5, para até 6 passageiros (NCM 87032210) e automóveis de motor 1.5 a 3.0, para até 6 passageiros (NCM 87032310) são os dois principais produtos da balança comercial entre os dois países e que mantém essa relação próspera, porém instável, tanto para Argentina, quanto para o Brasil.

A Tabela 7 mostra a evolução dos valores comercializados entre o Mercosul e seus três principais parceiros, o NAFTA, a UE e o mais recente, a Ásia.

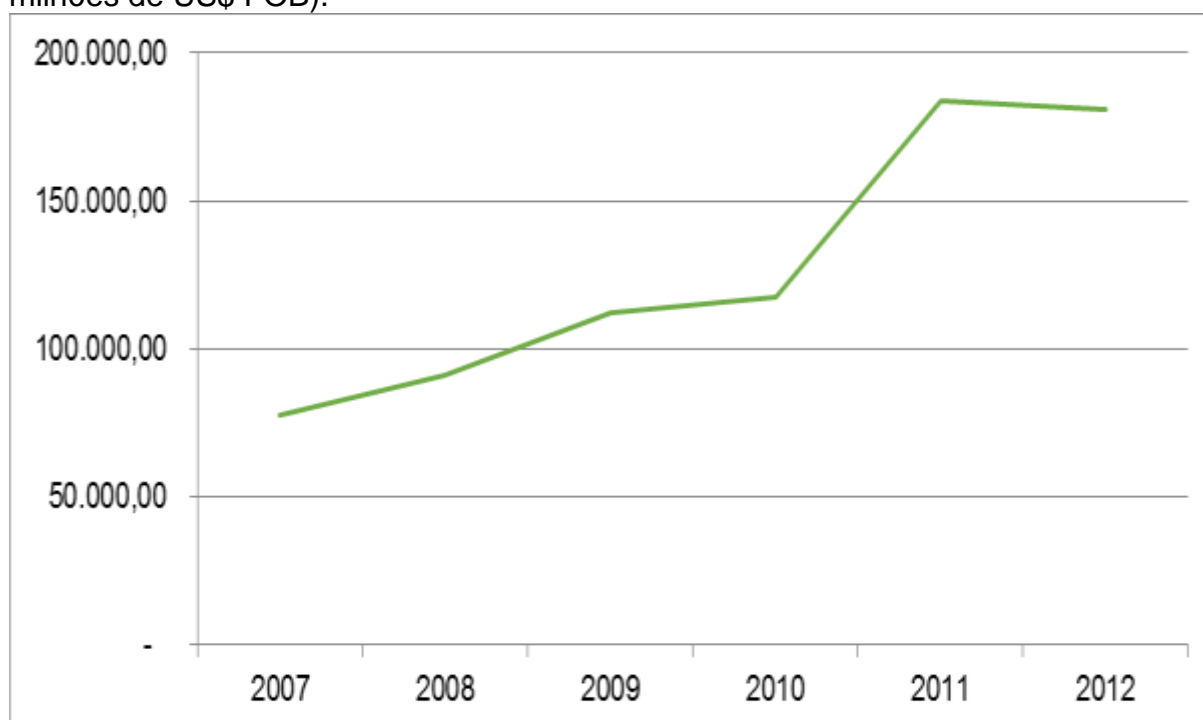
Tabela 7 - Principais parceiros comerciais do Mercosul 2007 - 2012 (em milhões de US\$ FOB).

Ano	NAFTA		UE		ÁSIA	
	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.
2007	38.937,00	30.071,00	51.586,00	34.727,00	35.930,00	41.886,00
2008	41.523,00	41.860,00	61.344,00	46.050,00	49.539,00	41.886,00
2009	25.636,00	31.874,00	45.499,00	36.467,00	49.623,00	62.452,00
2010	32.223,00	43.345,00	56.019,00	49.962,00	69.950,00	47.636,00
2011	41.194,00	55.465,00	68.669,00	59.623,00	91.704,00	92.293,00
2012	41.593,00	54.677,00	61.730,00	61.432,00	90.879,00	90.197,00

Fonte: Adaptado de Brasil (2013).

Nota-se que o volume comercializado entre o Mercosul e seus parceiros vinha gradativamente crescendo a cada ano, tendo uma leve queda em 2012. A ascensão da Ásia para maior parceiro comercial do bloco deu-se pela expansão da China na economia internacional e também por sua agressiva política externa. Já o NAFTA, tendo os EUA como representante principal, manteve a mesma média de valores comercializados, o que denota uma queda na relação, visto que o natural seria um avanço, reflexo da reestruturação econômica do pós-crise. A União Europeia, vindo logo atrás da China, ocupa tal posição principalmente pelas transações comerciais de Alemanha e Holanda com o Mercosul.

Figura 17 - Evolução da corrente de comércio Mercosul x Ásia 2007 - 2012 (Em milhões de US\$ FOB).



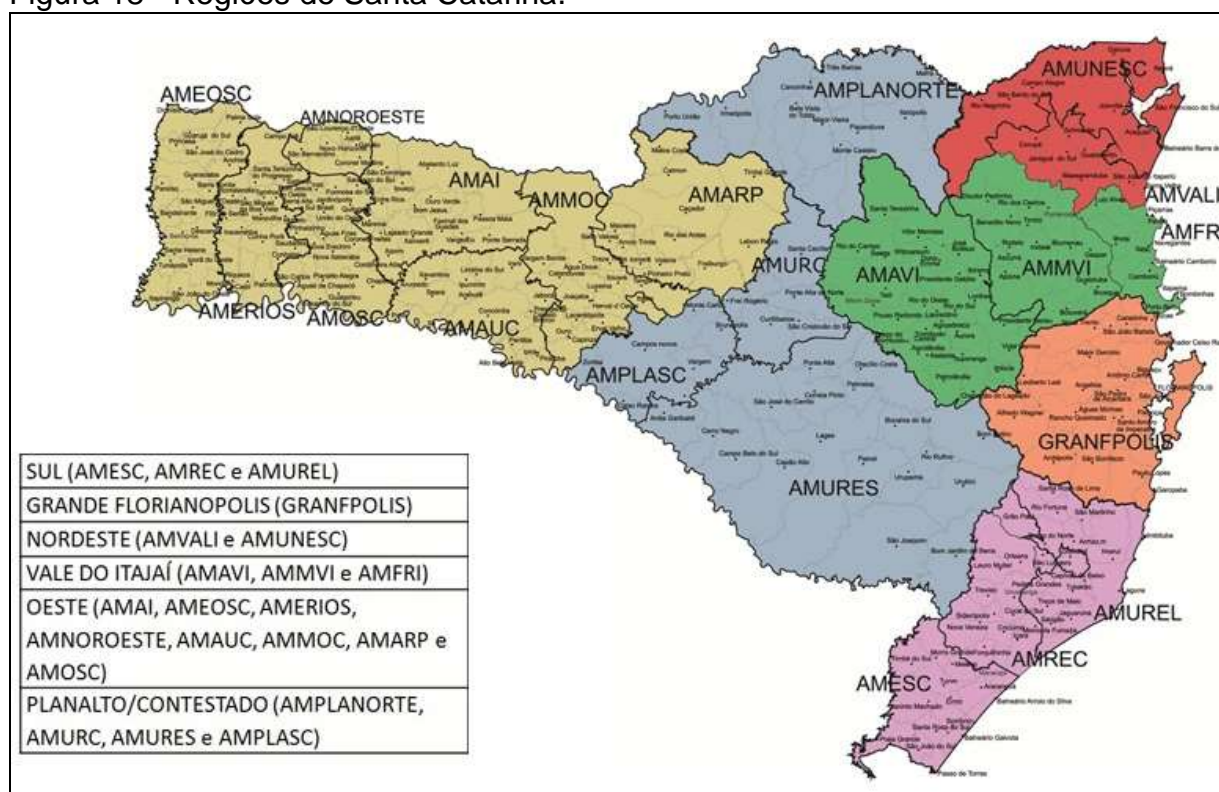
Fonte: Adaptado de Brasil (2013).

A Figura 17 ilustra melhor tal crescimento explosivo do mercado asiático para com o Mercosul, que mesmo em tempos da recessão oriunda da crise mundial, continuou com um crescimento rápido em relação aos outros mercados.

4.3 SANTA CATARINA NO MERCADO INTERNACIONAL

O estado de Santa Catarina conta com uma área de pouco mais de 95 mil km², abrigando uma população de 6,63 milhões de habitantes. O estado tem ainda o segundo melhor IDH do Brasil, com 0,840 e o oitavo PIB, registrando em 2012 R\$ 54 bilhões. É composto por 295 municípios, divididos em 6 áreas regionais as quais ainda se subdividem em associações municipais. (BRASIL, 2013).

Figura 18 - Regiões de Santa Catarina.



Fonte: FECAM (2013).

O estado conta com um forte parque industrial, tendo vários polos de produção e sendo líder nacional na produção de alguns produtos, como elementos de fixação (porcas, parafusos etc), tubos e conexões de PVC e revestimentos cerâmicos (FIESC, 2012).

A Tabela 8 mostra resumidamente, dividida pelas regiões, as principais cidades do estado e seus principais polos industriais.

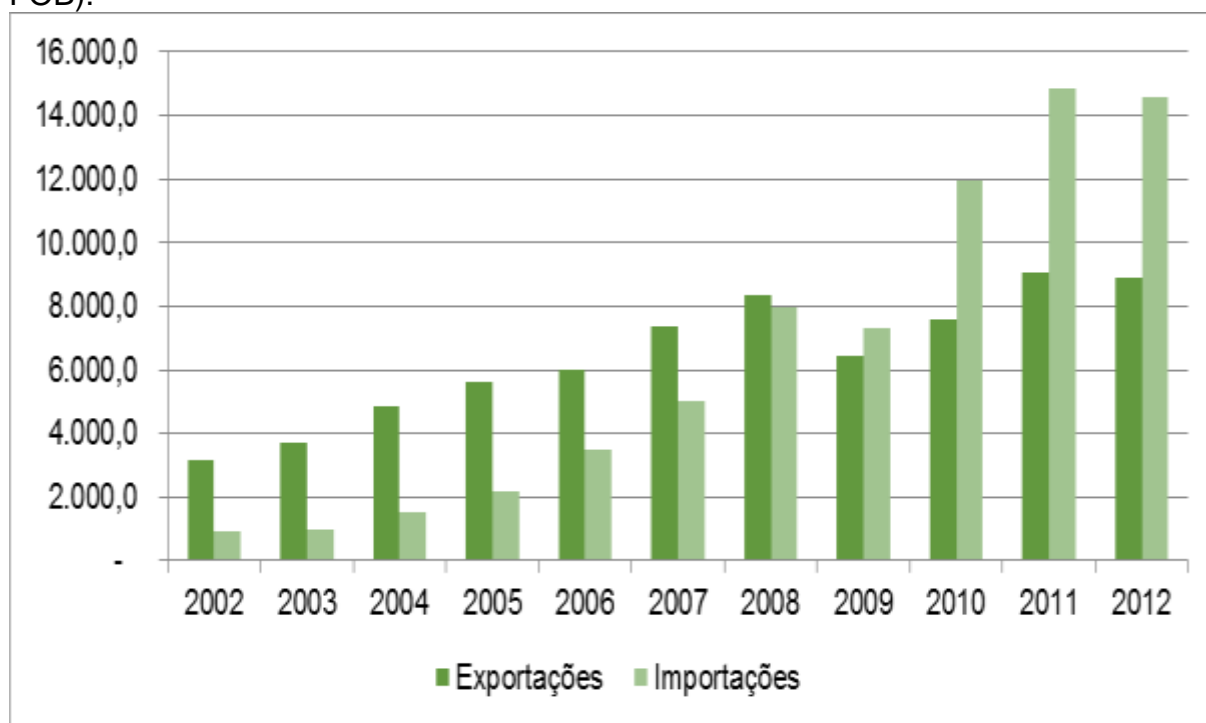
Quadro 1 - Regiões, principais cidades e polos industriais de Santa Catarina.

Região	Cidades	Polo industrial	
Sul	Criciúma	Cerâmica	Descartáveis
	Tubarão	Vestuário	Têxtil
	Araranguá	Carvão	
Grande Florianópolis	Florianópolis	Tecnológico	
	Tijucas	Informática	
	São José		
Norte	Joinville	Metalurgia	Máquinas e Equipamentos
	São Bento do Sul	Material Elétrico	Autopeças
	Jaraguá do Sul	Plástico	
Serrana	Curitibanos	Madeireiro	
	Lages		
Vale do Itajaí	Rio do Sul	Têxtil	
	Blumenau	Vestuário	
	Balneário Camburiú	Naval	
	Itajaí	Cristal	
Oeste	Chapecó	Alimentar	
	Xanxerê	Móveis	
	Joaçaba		
	Concórdia		

Fonte: FIESC (2012).

Santa Catarina foi, na década de 1990, um dos principais estados exportadores do Brasil, participando com mais 5% das exportações nacionais, mantendo em superávits sua balança comercial até 2008 (PANIGALLI; KROTH, 2011).

Figura 19 - Balança comercial de Santa Catarina 2002 - 2012 (em bilhões de US\$ FOB).

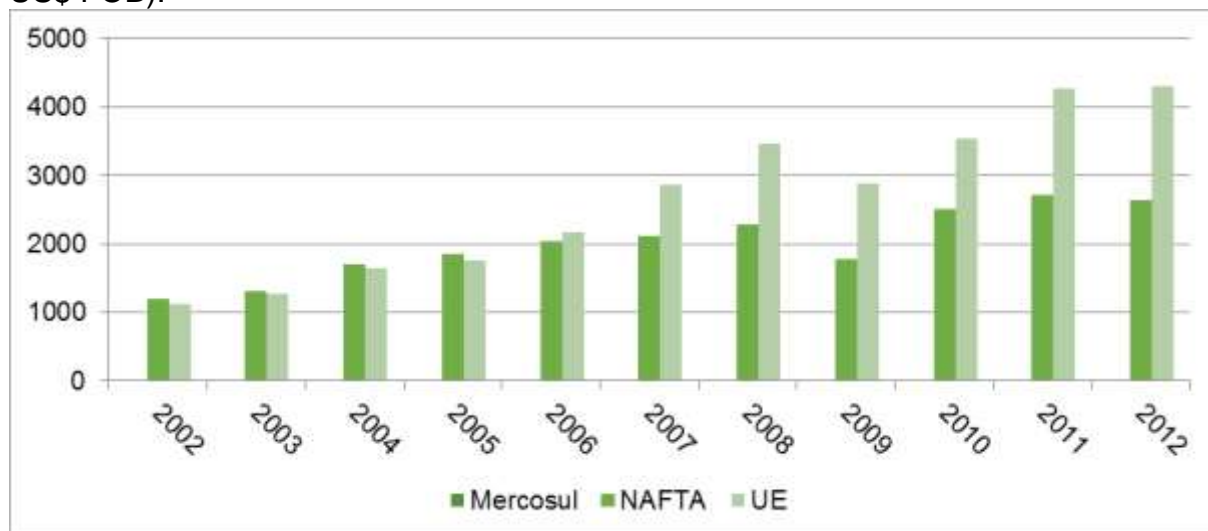


Fonte: Adaptado de Brasil (2013).

Observa-se na Figura 19 que os déficits na balança comercial do estado iniciaram em 2009, fato que pode ser compreendido a saber-se que naquele ano, houve incentivos fiscais (ex: redução do ICMS para 3% na importação) e ótimos desempenhos dos portos catarinenses, criando uma situação favorável às empresas importadoras que começaram a se instalar no estado. Somando-se à crise internacional, gerando resultados negativos nas vendas externas do país e conseqüentemente, do estado (PORTAL DA ECONOMIA DE SANTA CATARINA, 2013).

Na Figura 20 é exposta a evolução dos três principais blocos econômicos na relação comercial com Santa Catarina, nos últimos 10 anos.

Figura 20 - Principais parceiros de Santa Catarina - 2002 – 2012 (em milhões de US\$ FOB).

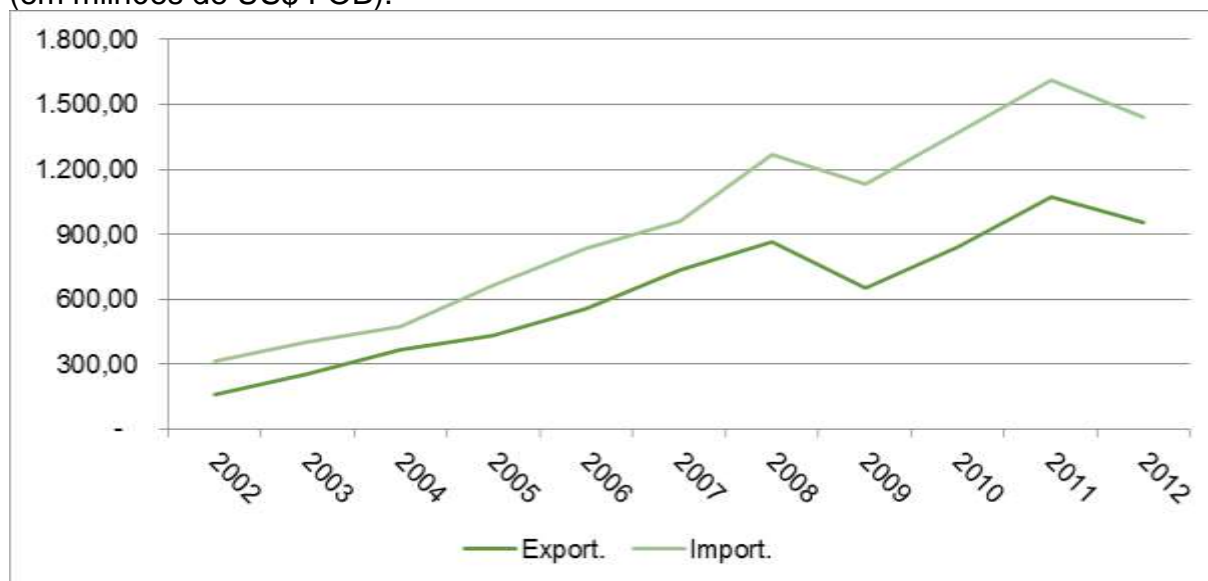


Fonte: Adaptado de Brasil (2013).

Ainda que a proximidade geográfica e os acordos comerciais no âmbito do Mercosul sejam favoráveis a uma grande parceria econômica, Santa Catarina e o bloco sul-americano não apresentam uma relação comercial bem-sucedida.

4.3.1 Santa Catarina x Mercosul

Figura 21 - Evolução da relação comercial Santa Catarina x Mercosul 2002 - 2012 (em milhões de US\$ FOB).



Fonte: Adaptado de Brasil (2013).

Tabela 8 - Relação comercial Santa Catarina x Mercosul, por país 2002 - 2012 (em milhões de US\$ FOB).

Ano	Argentina		Paraguai		Uruguai	
	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.
2002	91,3	197,1	34,3	102,5	32,3	17,3
2003	308,0	247,2	38,0	131,0	34,2	26,7
2004	257,2	330,7	59,3	84,5	49,3	61,8
2005	185,7	470,0	69,6	83,9	56,1	108,0
2006	396,2	603,3	83,2	87,3	78,5	142,8
2007	522,4	701,4	113,1	109,1	102,9	150,1
2008	548,7	946,0	160,9	148,0	154,3	175,8
2009	409,3	869,6	129,8	998,3	113,5	164,9
2010	550,2	1.080,4	166,9	1.127,1	126,6	177,5
2011	678,5	1.258,0	234,2	1.470,8	159,7	206,4
2012	609,2	1.097,8	221,8	1.689,7	125,6	176,2

Fonte: Adaptado de Brasil (2013).

4.3.2 Santa Catarina x Argentina

A exemplo do Brasil, o maior parceiro comercial de Santa Catarina dentro do Mercosul é a Argentina. O mercado argentino representou X% da exportações estaduais feitas ao Mercosul e X% na importações deste, no ano de 2012.

Os principais produtos que Santa Catarina exporta à Argentina estão contidos nos capítulos 2, 48 e 84 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM). No primeiro grupo, têm-se 'carnes e miudezas, comestíveis', produto líder nas exportações catarinenses não só ao Mercosul, mas também no âmbito mundial. Houve, porém, uma queda na venda de carnes à Argentina, uma vez que em dados períodos, a carne de frango foi importada do Uruguai e em outros, a demanda foi atendida pela produção interna do país (PANIGALLI. KROTH, 2011).

A Tabela 10 detalha os valores e a participação no mercado regional a cada ano, dos três principais grupos de produtos exportados por Santa Catarina aos argentinos.

Tabela 9 - Principais produtos exportados por Santa Catarina à Argentina 2002 - 2012.

Anos	Capítulo 02			Capítulo 48			Capítulo 84		
	Mil US\$	%*	%**	Mil US\$	%*	%**	Mil US\$	%*	%**
2002	5.852,3	6,4%	3,7%	24.723,5	15,6%	27,1%	13.116,5	8,3%	14,4%
2003	26.966,8	14,5%	10,4%	35.325,9	13,7%	38,7%	34.069,1	13,2%	18,3%
2004	19.772,0	7,7%	5,4%	41.316,0	11,3%	45,2%	45.311,0	12,4%	17,6%
2005	10.028,6	3,3%	2,3%	41.688,3	9,6%	45,7%	60.118,5	13,9%	19,5%
2006	27.003,2	6,8%	4,8%	60.594,9	10,9%	66,4%	87.020,6	15,6%	22,0%
2007	45.290,8	8,7%	6,1%	80.336,0	10,9%	15,4%	109.801,6	14,9%	21,0%
2008	41.692,6	7,6%	4,8%	83.662,1	9,7%	15,2%	103.115,3	11,9%	18,8%
2009	38.288,9	9,4%	5,9%	61.366,3	9,4%	15,0%	101.763,9	15,6%	24,9%
2010	39.563,8	7,2%	4,7%	93.082,3	11,0%	16,9%	65.165,8	7,7%	11,8%
2011	68.764,2	10,1%	6,4%	98.509,4	9,2%	14,5%	132.328,4	12,3%	19,5%
2012	45.686,0	7,5%	4,8%	78.499,0	8,2%	12,9%	124.654,1	13,0%	20,5%

Fonte: Adaptado de Brasil (2013).

* Em relação às exportações catarinenses à Argentina.

** Em relação às exportações catarinenses ao Mercosul.

Os produtos do capítulo 48, 'Papel e cartão, obras de pasta de celulose de papel, etc', apresentam um avanço mais contido em relação aos outros dois capítulos expostos, porém, com grande participação nas exportações catarinenses tanto para a Argentina quanto ao Mercosul. O maior crescimento na série analisada foi o do capítulo 84, 'Reatores nucleares, caldeiras, máquinas e mecânico', impulsionado pela demanda grande de motores, máquinas e refrigeradores no mercado argentino (PANIGALLI; KROTH, 2011).

Na importação, são dois os capítulos que mais merecem destaque no estudo. Cereais, do capítulo 10 e Plástico e suas obras, do capítulo 39, são os líderes nas importações catarinenses oriundas da Argentina. Conforme pode ser visto na Tabela 11.

Tabela 10 - Principais produtos importados por Santa Catarina da Argentina 2002 - 2012

Anos	Capítulo 10			Capítulo 39		
	Mil US\$	%*	%**	Mil US\$	%*	%**
2002	49.782,5	25,3%	15,7%	101.520,8	51,5%	32,0%
2003	53.833,3	21,8%	13,3%	132.285,2	53,5%	32,7%
2004	30.291,3	9,2%	6,3%	207.752,8	62,8%	43,5%
2005	29.366,4	6,2%	4,4%	283.687,5	60,4%	42,8%
2006	83.044,4	13,8%	10,0%	281.522,1	46,7%	33,8%
2007	90.701,9	12,9%	9,4%	264.154,8	37,7%	27,5%
2008	117.533,0	12,4%	9,3%	318.595,8	33,7%	25,1%
2009	101.650,7	11,7%	9,0%	274.021,2	31,5%	24,2%
2010	59.814,1	5,5%	4,4%	295.714,4	27,4%	21,6%
2011	72.098,3	5,7%	4,5%	336.302,9	26,7%	20,9%
2012	30.010,5	2,7%	2,1%	241.425,1	22,0%	16,7%

Fonte: Adaptado de Brasil (2013).

* Em relação às importações argentinas à Santa Catarina

** Em relação às importações catarinenses ao Mercosul.

A Tabela 10 mostra uma instabilidade na importação dos produtos do capítulo 10, formados em resumo por milho, trigo, cevada e arroz. Já o crescimento dos produtos inseridos no capítulo 39, dá-se pelo fato do alto desenvolvimento no setor no estado, com destaque na produção de acessórios para a construção civil e na indústria de embalagens plásticas.

4.3.3 Santa Catarina x Paraguai

A relação comercial do Paraguai com Santa Catarina também segue os padrões brasileiros, sendo quase 100% de suas importações aos paraguaios de produtos manufaturados, com destaque aos capítulos 69 e 84 da NCM, Produtos Cerâmicos e Reatores nucleares, caldeiras, máquinas e mecânico, respectivamente, como se pode observar na Tabela 12.

Tabela 11 - Principais produtos exportados por Santa Catarina ao Paraguai 2002 - 2012

Anos	Capítulo 84			Capítulo 69		
	Mil US\$	%*	%**	Mil US\$	%*	%**
2002	99,7	29,0%	0,31%	80,0	23,3%	0,25%
2003	122,5	31,9%	0,30%	113,2	29,5%	0,28%
2004	157,0	26,5%	0,33%	267,5	45,1%	0,56%
2005	175,0	25,1%	0,26%	232,6	33,4%	0,35%
2006	265,7	31,9%	0,32%	222,3	26,7%	0,27%
2007	354,1	31,3%	0,37%	384,7	34,0%	0,40%
2008	457,0	28,4%	0,36%	608,4	37,8%	0,48%
2009	478,8	36,9%	0,42%	362,2	27,9%	0,32%
2010	596,0	35,7%	0,43%	409,0	24,5%	0,30%
2011	707,6	30,2%	0,44%	691,0	29,5%	0,43%
2012	763,9	34,4%	0,53%	488,0	22,0%	0,34%

Fonte: Adaptado de Brasil (2013).

* Em relação às exportações catarinenses ao Paraguai

** Em relação às exportações catarinenses ao Mercosul.

Se observa um crescimento estável no que diz respeito ao capítulo 84, assim como acontece na Argentina, Santa Catarina é grande produtora desse grupo de produtos, sendo exportado quase que sua totalidade. Porém, com a entrada da cerâmica chineses, ocorre uma queda no setor exportador cerâmico de Santa Catarina, logo retomado por incentivos fiscais do governo às empresas do ramo (PANIGALLI; KROTH, 2011).

No que tange à importação de produtos paraguaios, Santa Catarina tem como principais compras, os Cereais, do capítulo 10, como ocorre com a Argentina e também Sementes e frutos oleaginosos, grãos e sementes, perfazendo o capítulo 12. Nota-se que são produtos de baixo valor agregado e pouca ou quase nenhuma industrialização, tipo de economia padrão nos países menos desenvolvidos.

4.3.4 Santa Catarina x Uruguai

Santa Catarina e Uruguai fazem uma relação comercial favorável a ambos, onde a exemplo dos outros membros do grupo, o Uruguai consome parte da produção de itens do capítulo 84 e também do capítulo 61, que abrange o setor de vestuário e seus acessórios, como detalhado na Tabela 13.

Tabela 12 - Principais produtos exportados por Santa Catarina ao Uruguai.

Anos	Capítulo 61			Capítulo 84		
	Mil US\$	%*	%**	Mil US\$	%*	%**
2002	783,0	22,8%	2,47%	799,9	23,3%	2,52%
2003	729,8	19,0%	1,80%	1.131,6	29,5%	2,79%
2004	843,8	14,2%	1,77%	1.488,9	25,1%	3,12%
2005	889,1	12,8%	1,34%	1.458,3	20,9%	2,20%
2006	903,2	10,8%	1,08%	2.831,2	34,0%	3,40%
2007	972,1	8,6%	1,01%	2.240,4	19,8%	2,33%
2008	995,4	6,2%	0,78%	6.083,9	37,8%	4,79%
2009	678,9	5,2%	0,60%	5.567,3	42,9%	4,91%
2010	987,2	5,9%	0,72%	6.762,1	40,5%	4,93%
2011	1.156,9	4,9%	0,72%	9.102,5	38,9%	5,65%
2012	1.976,7	8,9%	1,37%	9.654,0	43,5%	6,69%

Fonte: Adaptado de Brasil (2013).

* Em relação às exportações catarinenses ao Uruguai.

** Em relação às exportações catarinenses ao Mercosul.

As importações catarinenses oriundas do Uruguai, assim como a Argentina, tem grande parte destinada a produção de plásticos e seus insumos. Há ainda elementos do capítulo 11, que perfazem produtos da indústria da moagem, além também, de carnes e miudezas comestíveis. A importância do Uruguai no mercado catarinense pode ser explicada pela posição que ocupa como fornecedor de plásticos, atrás apenas da Argentina e EUA.

5 CONCLUSÃO

Como foco principal, o presente estudo buscou analisar o fluxo comercial entre o estado de Santa Catarina e o Mercosul entre os anos de 2002 e 2012. Tal análise foi possível extraindo-se os dados estatísticos de exportação e importação do sistema ALICE-Web, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

Partindo-se do princípio que é necessário fundamentar e conceituar os temas que darão suporte à pesquisa, buscou-se em livros e artigos especializados, confrontar ideias de diferentes autores a fim de se chegar a um consenso acerca do objeto de estudo.

O estado de Santa Catarina, outrora grande exportador nacional, viu sua balança comercial registrar *déficits* ano após ano, a partir de 2009. Além da crise econômica internacional, que levara o mundo a uma recessão generalizada, fazendo cair os números dos mercados externos, o estado também oportunizou incentivos fiscais às empresas ali instaladas, atraindo ainda mais companhias em busca de melhores condições e menores impostos para a importação.

No âmbito do Mercosul, Santa Catarina tem na Argentina sua melhor relação comercial, tal qual acontece com o Brasil. Na exportação, Santa Catarina se destaca na comercialização de carnes e miudezas comestíveis, referentes ao capítulo 02 da NCM, papel e cartão, obras de pasta de celulose, relativos ao capítulo 48, reatores nucleares, caldeiras, máquina e mecânicos, do capítulo 84. Ao passo que, nas importações, a relação comercial entre os dois elementos em questão passa por instabilidades em parte do total, com os produtos do capítulo 10 alterando entre altos e baixos índices. Porém, o capítulo 39, abrangendo plásticos e seus produtos, tem ótimo desempenho, visto que Santa Catarina conta com um alto nível de desenvolvimento nessa área, principalmente entre as embalagens e descartáveis de plástico.

Já a relação Santa Catarina x Paraguai, se dá por quase 90% das exportações, de produtos manufaturados. Fato contrário ocorre na importação, quando o Paraguai vende ao estado catarinense, em sua maioria, produtos de baixa industrialização e *commodities*, tais como cereais, algodão e frutas.

No Uruguai, Santa Catarina tem também um mercado consumidor dos produtos contidos no capítulo 84 e do capítulo 61, que abrange o setor do vestuário

e de seus acessórios, de malha. Este mercado ainda é pouco representativo nos outros países do bloco, por isso a importância do Uruguai na economia catarinense, que conta com um grande polo têxtil e de vestuário. Quanto a importação provinda do Uruguai, Santa Catarina é suprida de insumos para plástico, produtos para a indústria de moagem, importantes no setor agropecuário do estado. Importando ainda, carnes e miudezas comestíveis, perfazendo uma relação comercial de quase US\$ 350 milhões em 2012.

Ao empresariado catarinense interessa o estudo, uma vez que o mercado, cada vez mais competitivo e voraz, não permite erros no momento da escolha do novo alvo. A informação é, antes de tudo, primordial para que o sucesso em uma nova transação ou prospecção de mercado, a fim de que se promova crescimento e fortalecimento das empresas frente aos mercados em expansão, que também chegam procurando novos parceiros comerciais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **A economia internacional no século XX: um ensaio de síntese**. Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, janeiro/junho 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292001000100008> Acesso em: 15 abr. 2013.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2005.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da ciência: Filosofia e prática da pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

ARAÚJO, Carlos. A estrutura do comércio exterior brasileiro. **COMEXBlog.com**, 4 ago. 2009. Disponível em: <<http://www.comexblog.com.br/importacao/a-estrutura-do-comercio-exterior-brasileiro>> Acesso em: 30 abr. 2013.

BRASIL. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Série histórica do Balanço de Pagamentos**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SERIEBALPAG>> Acesso em: 15 ago. 2013.

_____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR – MDIC. **Panorama do comércio exterior brasileiro 2012**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=571>> Acesso em: 29 mar. 2013.

_____. RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Conheça a Receita Federal do Brasil**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/SRF/ConhecaRFB.htm>> Acesso em: 21 abr. 2013.

_____. SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR – SECEX. **AliceWEB**. Disponível em: <<http://www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>> Acesso em: 12 abr. 2013.

_____. _____. **AliceWEB Mercosul**. Disponível em: <<http://www.alicewebmercosul.desenvolvimento.gov.br>> Acesso em: 12 abr. 2013.

_____. _____. **Balança comercial brasileira – Dados consolidados Janeiro/Dezembro 2006**. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1365786813.pdf> Acesso em: 23 maio 2013.

_____. _____. **Balança comercial brasileira – Dados consolidados Janeiro/Dezembro 2007**. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1365786833.pdf> Acesso em: 23 maio 2013.

_____. _____. **Balança comercial brasileira – Dados consolidados**

Janeiro/Dezembro 2008. Disponível em:

<http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1365786879.pdf> Acesso em: 23 maio 2013.

_____. _____. **Balança comercial brasileira – Dados consolidados**

Janeiro/Dezembro 2009. Disponível em:

<http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1365786922.pdf> Acesso em: 23 maio 2013.

_____. _____. **Balança comercial brasileira – Dados consolidados**

Janeiro/Dezembro 2010. Disponível em:

<http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1365786999.pdf> Acesso em: 23 maio 2013.

_____. _____. **Balança comercial brasileira – Dados consolidados**

Janeiro/Dezembro 2011. Disponível em:

<http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1365781066.pdf> Acesso em: 23 maio 2013.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Brasil como potência regional e a importância estratégica da América do Sul na sua política exterior.** Revista Espaço Acadêmico. São Paulo, dezembro 2008. Disponível em:

<<http://www.espacoacademico.com.br/091/91bandeira.htm>> Acesso em: 17 abr. 2013.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2010.

BUSTAMANTE, Maria Teresa. (Des)Construindo o Mercosul. **Revista de economia & relações internacionais**, São Paulo, vol. 4, jul, 2005.

CAMPOS, Lediany Freitas de. O crescimento econômico brasileiro e a corrente de comércio do Brasil com o Mercosul: uma análise econométrica. **Revista de economia & relações internacionais**, São Paulo, vol. 12, jan, 2013.

CARIO, Silvio A. F. *et al.* (Org.). **Economia de Santa Catarina: inserção industrial e dinâmica competitiva.** Blumenau: Nova Letra, 2008.

CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de (Org.). **Construindo o saber: Metodologia científica: Fundamentos e técnicas.** Campinas: Papirus, 2010.

CASSAR, M. **Uma análise das teorias clássicas de comércio exterior.** In: DIAS, R.; RODRIGUES W. (Orgs.). **Comércio exterior: teoria e gestão.** São Paulo: Atlas, 2004. P. 68 – 146.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica.** São Paulo: MAKRON Books do Brasil, 1983.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CIGNACCO, Bruno Roque. **Fundamentos de comércio internacional para pequenas e médias empresas**. São Paulo: Saraiva, 2009.

CORREIO BRAZILIENSE. **Fora do Mercosul, Paraguai continua com problemas de volatilidade**. Bueno Aires, 15 abr. 2013. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2013/04/15/internas_economia,360522/fora-do-mercossul-paraguai-continua-com-problemas-de-volatilidade.shtml> Acesso em: 22 jun. 2013.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1985.

DIAS, Reinaldo; RODRIGUES, Waldemar (Org.). **Comércio Exterior: Teoria e Gestão**. São Paulo: Atlas, 2007.

FERNANDES, Adriana. **Balança comercial fecha 2009 com o pior saldo em sete anos**. Estadão. Brasília, 05 jan. 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,balanca-comercial-fecha-2009-com-o-pior-saldo-em-sete-anos,490607,0.htm>> Acesso em: 12 ago. 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.

GONÇALVES, José Botafogo. O Mercosul não é para principiantes. **Revista de economia & relações internacionais**, São Paulo, vol. 5, 2006.

INDEX MUNDI. **Mapa Comparativo entre países**. Disponível em: <<http://www.indexmundi.com/map/?v=65&l=pt>> Acesso em: 23 out. 2013.

Informe MERCOSUL Nº17. Bueno Aires: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2012.

KEEDI, Samir. **ABC do comércio exterior: abrindo as primeiras páginas**. São Paulo: Aduaneiras, 2011.

LADEIRA, Walter Junior; NIQUE, Walter Meucci. Integração produtiva no Mercosul: um estudo dos fatores que interferem nas estratégias das empresas brasileiras. **Revista de economia & relações internacionais**, São Paulo, vol.11, jul, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2001.

LASTRES, Helena M. M.; ALBAGLI, Sarita. **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LIMA, Maria Regina Soares de; COUTINHO, Marcelo Vasconcelos. **Globalização, Regionalização e América do Sul**. Observatório Político Sul-Americano. Rio de Janeiro, maio 2005. Disponível em:

<<http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/22212.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

LUPI, André Lipp Pinto Basto. **Soberania, OMC e Mercosul**. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

MACHADO, Luiz Alberto. **As mil e uma culpas do neoliberalismo**. Revista de economia e relações internacionais. São Paulo, julho 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, Rosilda Baron. **Metodologia científica**: Como tornar mais agradável a elaboração de trabalhos acadêmicos. Curitiba: Juruá, 2008.

MASINI, Nildo; GRISI, Celso Cláudio de Hildebrand e; BRITTO, Ricardo Pitelli de. **Trading**: Presença brasileira no cenário econômico mundial. São Paulo: Saraiva, 2003.

MERCOSUL. **Perguntas frequentes**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/perguntas-mais-frequentes-sobre-integracao-regional-e-merc-sul-1/sobre-integracao-regional-e-merc-sul/>> Acesso em: 30 mai. 2013.

MERCOSUL. **Saiba mais sobre o MERCOSUL - Cronologia**. Brasília, 2013. Disponível em: < <http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-merc-sul>> Acesso em: 19 ago. 2013

MOREIRA, Vagner Rangel; MIRANDA, Gabriel V. Mamed de. **O papel do Brasil no MERCOSUL**. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11029&revista_caderno=19>. Acesso em: 17 abr. 2013.

MORINI, Cristiano; SIMÕES, Regina Célia Faria; DAINEZ, Valdir Iusif. **Manual de comércio exterior**. São Paulo: Alínea, 2005.

PORTAL DA ECONOMIA DE SANTA CATARINA. **Economia de Santa Catarina: Análise das Características Produtivas**. Disponível em <http://www2.fepese.org.br/portaldeeconomia-sc/index.php?c=economia#_Toc346963837>. Acesso em: 01 nov. 2013.

PRONER, Carol; RAMINA, Larissa. **O Mercosul do futuro**. Carta Maior. 2012. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/O-Mercosul-do-futuro/6/25545>>. Acesso em: 22 nov. 2013.

RÊGO, Elba Cristina Lima. Do Gatt à OMC: O que mudou, como funciona e para onde caminha o sistema multilateral de comércio. **Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES**, Geneva, 1996. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivo_s/conhecimento/revista/gatt.pdf> Acesso em: 25 abr. 2013

SILVA, Hebe T. Romano P. da. **O que o Brasil precisa saber sobre o Mercosul**. Brasília: Brasília Jurídica, 1999.

SILVA, José Ultemar da (Org.). **Gestão das relações econômicas internacionais e comércio exterior**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

SOUSA, Rainer. História do comércio. **Brasil Escola**. Seção História, 2009.
Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/historia/historia-do-comercio.htm#>>
Acesso em: 20 mar. 2013.

THORSTENSEN, Vera. **OMC - Organização Mundial do Comércio**: As regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

UNIÃO EUROPEIA. **Países**. Disponível em: <http://europa.eu/about-eu/countries/index_pt.htm> Acesso em: 08 abr. 2013.

VAZQUEZ, José Lopes. **Comércio Exterior Brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2001.

WORLD TRADE ORGANIZATION – WTO. **International trade and market access data**. Disponível em:
<http://wto.org/english/res_e/statis_e/statis_bis_e.htm?solution=WTO&path=/Dashboards/MAPS&file=Map.wcdf&bookmarkState={%22impl%22:%22client%22,%22params%22:{%22langParam%22:%22en%22}}> Acesso em: 18 abr. 2013.